Out / Nov / Dez 2021 . série IX . número 15 . PVP €2,00

PARA UM FUTURO MELHOR É IMPORTANTE

AGIR

PELOS DIREITOS HUMANOS

A SOLIDARIEDADE PARA CONSTRUIR UM MUNDO MAIS JUSTO

SOLIDARIEDADE GLOBAL

Como resposta à pandemia e à crise climática

MARATONA DE CARTAS

Assinaturas que salvam vidas

REFUGIADOS DA SÍRIA

É urgente manter a ajuda humanitária

NESTA EDIÇÃO:

9

Solidariedade global: pandemia e alterações climáticas

14

Migrações e acolhimento de refugiados: O que está a falhar?

22

Maratona de cartas: Os casos em destaque este ano

38

Outros Olhares: Alterações climáticas no Bangladesh

44

Entrevista a Stephen Cockburn especialista em justiça económica e social

Imagem da capa:
©John Nielsen/AI Denmark

A AGIR é a revista da Amnistia Internacional Portugal publicada quatro vezes por ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Amnistia Internacional Portugal

Diretor: Pedro A. Neto

Equipa Editorial:
Direção - Paulo Fontes
Coordenação - Irene Rodrigues
Paginação e grafismo - Paulo Tavares

Colaboram neste número:
Ana Patrícia Cardoso, Augusto Freitas de Sousa, José Alexandre Silva, Margarida Oliveira, Sílvia Carvalho d'Almeida, Sofia Caseiro, Sofia Craveiro e Sónia Santos Dias.

Revisão: José Alexandre Silva

Impressão: Gráfica Central de Almeirim, Lda.

AMNISTIA INTERNACIONAL

CONTACTOS
Amnistia Internacional Portugal
Rua dos Remolares, 7 - 2.º
1200-370 Lisboa

aiportugal@amnistia.pt
revista@amnistia.pt

www.amnistia.pt

facebook.com/amnistiapt

twitter.com/AmnistiaPT

instagram.com/amnistiapt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus signatários. Excluída de Registo pela ERC

EDITORIAL

PAULO FONTES
Diretor de Comunicação e Campanhas

Agir em solidariedade.

Nesta edição da revista AGIR olhamos a solidariedade enquanto ferramenta para um mundo mais justo. A solidariedade é a compreensão com o próximo, um sentimento de união, de interesses ou propósitos comuns entre os membros de um grupo ou comunidade.

Vivemos tempos de grandes desafios, desafios globais que precisam de respostas concertadas a nível global, em solidariedade. Respostas essas que não temos conseguido dar, nem no combate às alterações climáticas, nem à pandemia da COVID-19. Em ambos os casos, esta falha afeta desproporcionalmente as pessoas já em situação de maior vulnerabilidade e fragilidade. É preciso e urgente que os Estados e empresas tomem medidas sem precedentes de combate às desigualdades globais que estão a agudizar as crises da COVID-19 e das alterações climáticas. E neste sentido, vivemos um momento decisivo, pois a recuperação económica da pandemia representa um desafio, mas também uma oportunidade para enfrentar a crise climática e garantir uma justa transição energética que respeite e proteja totalmente os direitos humanos. As alterações climáticas estão a afetar a humanidade já hoje. O Bangladesh é um exemplo do enorme impacto na economia e no modo de vida e na vida de milhões de pessoas. com mais de 180 eventos climáticos extremos na última década, é um dos países do mundo mais afetados e vulneráveis ao impacto do aquecimento global e das alterações climáticas.

A solidariedade traduz-se também na forma como acolhemos e integramos, como abrimos as portas e os braços para deixar entrar pessoas que tanta riqueza trazem à nossa comunidade, na diversidade e na sua individualidade.

Mas tanto ainda está a falhar no acolhimento e integração de refugiados, numa altura em que os números de refugiados e deslocados internos no mundo continuam a crescer pelo nono ano consecutivo. A solidariedade acontece também com a nossa ação – o que efetivamente fazemos para melhorar a vida de alguém, ou de milhares de pessoas. E é este o desafio que a Maratona de Cartas nos lança a todos e a todas, anualmente, de atuarmos por casos concretos de quem mais precisa dessa nossa ação. Este ano são cinco os casos que pode conhecer e que precisam da sua ação.

Queremos e precisamos de soluções globais para as crises que enfrentamos, de que é exemplo a vacinação, que tem que ser de acesso universal. Precisamos e queremos políticas e mecanismos de acolhimento e integração, políticas públicas centradas nas pessoas, de pessoas para pessoas.
Queremos e precisamos de boas notícias que nos tragam alento para continuarmos nos momentos em que os desafios parecem maiores que a esperança. Queremos e precisamos de agir por um mundo melhor, mais justo e pleno de direitos humanos. Com humanidade, pela humanidade, em solidariedade.

CALENDÁRIO DE ATIVISMO

NOV

01 Início da **Maratona de Cartas 2021**

DEZ

09 Encerramento da campanha **BRAVE-Defensores dos Direitos Humanos**

10 Dia Internacional dos **Direitos Humanos**

AL-HUDA
HOSPITAL
AMBULA

© DR

A pandemia da COVID-19 provocou uma crise global socioeconómica e de saúde pública.

Além do impacto sobre a saúde das populações, em determinados países, os de menores rendimentos, expôs os problemas sérios dos sistemas de saúde. É o que acontece na Somália. Uma investigação da Amnistia Internacional confirma as múltiplas fraquezas do sistema de saúde no país, em contexto da COVID-19, resultantes de anos de subinvestimento e de uma dívida externa paralisante.

A Somália tem uma história recente marcada pelo conflito armado e instabilidade política, além de ser um dos países mais endividados do mundo. Atualmente, a escassez de vacinas, não lhe dá grande hipótese de lutar contra a contínua propagação da COVID-19.

Recentemente, a Iniciativa Países Pobres Altamente Endividados selecionou a Somália para decisão de perdão de dívida. O que significa que pode ter apoio orçamental adicional e financiamento de subvenções.
A Amnistia Internacional já apelou ao Governo da Somália para afetar parte destes recursos do apoio ao perdão de dívida para melhorar o direito à saúde, no âmbito do plano de Cobertura Universal de Saúde e as suas obrigações internacionais de direitos humanos.

DISAPPEARED
PEOPLE
DISAPPEARED
JUSTICE
TICE NOW
OR THE
APPEARED

© Amnesty International

No Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimentos Forçados, 30 de agosto, a Amnistia Internacional lembrou às autoridades do Paquistão a promessa de reformar a lei e acabar com os desaparecimentos forçados sancionados pelo Estado. Desde 2001, no contexto da chamada "Guerra ao Terror", os desaparecimentos forçados têm sido usados de modo frequente pelos serviços secretos do Paquistão, como instrumento para atacar defensores dos direitos humanos, ativistas políticos, estudantes e jornalistas.

Os desaparecimentos forçados continuam a ser usados como um método de repressão, para fomentar o medo e acabar com a dissidência. Privam as famílias de saber a verdade sobre os entes queridos, impedem a responsabilização, a justiça e a reparação.

A Amnistia Internacional apelou às autoridades paquistanesas para aderirem à Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Apelou ainda a que seja revelado o paradeiro e destino daqueles que ainda estão desaparecidos.

© Pexels - Pixabay

DOSSIÊ

Solidariedade global: pandemia e alterações climáticas expõem fragilidades da humanidade

O mundo atravessa dois grandes desafios em simultâneo e à escala global: a pandemia e as alterações climáticas.
Desafios que só de forma transversal e com a colaboração de todos poderão ser verdadeiramente superados. Um teste à nossa capacidade de união e resiliência?

Vacinar já as crianças dos países desenvolvidos ou canalizar as vacinas existentes contra a COVID-19 para os mais vulneráveis dos países pobres? Esta questão está nesta altura a criar uma clivagem de opiniões entre países, líderes e opinião pública, espelhando bem o estado da solidariedade global em pleno século XXI: não é consensual e expõe o egoísmo da humanidade. Mesmo quando estamos a falar de desafios que só através da colaboração de todos e da solidariedade global podem ser superados. É que nem o coronavírus escolhe vítimas pela classe social, nem as cheias ou o calor avassalador afetam países com base no seu PIB.

Perda de biodiversidade, poluição, alterações climáticas e o aumento de doenças zoonóticas como a pandemia avassaladora que estamos a viver mostram a relação simbiótica entre os humanos e a natureza. Os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental andam, assim, de mãos dadas.

«A crise climática é uma emergência global de direitos humanos, impactando nos direitos à vida, alimentação, saúde, habitação, água, saneamento, entre outros. Afeta desproporcionalmente indivíduos e comunidades que já são marginalizados ou sujeitos à discriminação - incluindo mulheres e meninas, comunidades indígenas e jovens que sofrerão o fardo dos impactos futuros», refere um relatório da Amnistia Internacional, que apela aos

© Pexels - Ahmed Akacha

líderes mundiais que implementem medidas mais ambiciosas para os Estados cumprirem as metas de combate às alterações climáticas previstas no Acordo de Paris, incluindo a redução das emissões de gases de feito de estufa e a redução de subsídios aos combustíveis fosseis.

No mesmo sentido, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) destaca os 13 deveres dos Estados para garantirem esses direitos. Concretamente, o ser humano tem direito a um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável. E tal só pode ser realizado onde a biodiversidade prospera e os ecossistemas são saudáveis. Estas obrigações dos Estados que integram direitos humanos e biodiversidade estão estabelecidas em diversas leis internacionais de direitos humanos, como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), o Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) ou a Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD).

Mas estamos nós à altura de cumprir estes desafios? No prefácio do Relatório da Amnistia Internacional 2020/21, Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional, refere:

«As bases para uma sociedade global sustentável pós-pandemia não assentam apenas em recuperação. Exigem responsabilização, direitos humanos e um repensar e reformular da nossa relação com o nosso habitat, o ambiente e a economia». A solução destes problemas exige solidariedade internacional, exige pôr de parte o egoísmo nacional e ajudar os mais pobres, tanto ao nível de saúde pública como das alterações climáticas.
Por exemplo, relativamente à pandemia que estamos a viver, «no imediato, é imperativo que as autoridades trabalhem para acelerar a produção e entrega de vacinas para o mundo inteiro. Esta é uma prova fundamental, mesmo elementar, à capacidade do mundo para cooperar: pensar globalmente, agir localmente e planear a longo prazo», acrescenta Agnès Callamard.

SOLIDARIEDADE PARA ENFRENTAR A COVID-19

A pandemia COVID-19 desafiou o mundo de maneiras sem precedentes. Apesar de apelos como o da Amnistia Internacional ou da Organização Mundial da Saúde (OMS) para haver solidariedade para derrotar o vírus, exortando a comunidade global a trabalhar em conjunto para enfrentar os riscos partilhados, eventos globais como o encontro da OMS em maio ou o encontro do G7 em junho passado mostraram a falta de compromisso político com a solidariedade global entre os líderes mundiais.

A COVID-19 tem vindo a ceifar vidas em todos os países, evidenciando e afetando desproporcionalmente os países e comunidades mais pobres. Enquanto países ricos atingem já taxas muito altas de vacinação, com as populações mais frágeis já amplamente protegidas, os mais pobres continuam com acesso deficitário às vacinas.

O COVAX, programa de acesso global às vacinas para a COVID-19 coordenado pela OMS, pretende distribuir dois mil milhões de doses em 2021 e imunizar 27% dos cidadãos dos países mais pobres.

«Ninguém está seguro até todos estarmos seguros», é o lema da OMS desde o início desta crise global de saúde. Os especialistas em direitos humanos da ONU alertam contra o monopólio das vacinas detido pelos países mais ricos e insistem que estas devem ser acessíveis a todos, sob pena de novas estirpes surgirem com consequências imprevisíveis para toda a humanidade.

A questão de os países ricos estarem já vacinar as suas crianças em vez de se canalizarem as doses para os mais vulneráveis de países mais pobres deixa a descoberto o egoísmo das nações e falta de solidariedade internacional.

Se por um lado, organizações como a OMS e a Amnistia Internacional instam à entrega de vacinas para o mundo inteiro, por outro, países desenvolvidos como os EUA ou os integrantes da União Europeia, Portugal incluído, já estão a vacinar ou a planear vacinar brevemente crianças a partir dos 12 anos, e até a discutir já eventuais terceiras doses de reforço. «Quando estamos neste lugar realmente difícil, como estamos agora, onde o fornecimento de vacinas é insuficiente para todos no mundo, imunizar crianças não é uma prioridade», assinalou Kate O'Brien, pediatra e diretora do departamento de vacinas da OMS,

numa conferência em junho passado, uma vez que «as crianças têm um risco muito baixo de contrair COVID-19».

No caso da Europa, a Comissão Europeia, comunicou em julho que pretende, até ao final de 2021, partilhar 200 milhões de doses de vacinas com os países mais pobres, através do programa COVAX. Até julho, o COVAX entregou 122 milhões de doses a 136 países. Ainda assim, as coberturas de vacinação entre países ricos e pobres seguem a ritmos bem diferentes.

Em forma de síntese, podemos destacar o que, no relatório da Amnistia Internacional, Agnès Callamard refere: «2020 forneceu apenas mais provas de que as nossas instituições políticas globais não estão aptas para o propósito global que deveriam servir. A pandemia evidenciou a crua realidade da incapacidade do mundo para cooperar eficaz e equitativamente perante um evento global de baixa probabilidade e de alto impacto. Desta forma, dificilmente podemos evitar uma sensação de perigo iminente, uma vez que, olhando para o futuro, contemplamos uma crise de uma magnitude muito superior e para a qual não existe vacina: a crise climática».

CRISE CLIMÁTICA, UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS

Como já referimos, sustentabilidade e direitos humanos andam de mãos dadas. Nos últimos 10 anos, cerca de 1.7 mil milhões de pessoas em todo o mundo foram afetadas por algum desastre decorrente das alterações climáticas, desde cheias, secas prolongadas, grandes tempestades ou calor extremo. Estes eventos afetam sobremaneira os direitos humanos das comunidades mais desfavorecidas impactando nos direitos à vida, alimentação, saúde, casa, água, saneamento, entre outros.

Porém, como vimos recentemente no Canadá e EUA, com ondas de calor extremo, e na Alemanha, Bélgica e Holanda, com cheias devastadoras, estes eventos climáticos estão a afetar já os países mais ricos e supostamente preparados para enfrentar catástrofes.

É verdade que a consciência das alterações climáticas começa a massificar-se, pelos menos nos países desenvolvidos. Cerca de 93% dos europeus consideram as alterações climáticas um problema grave que tem de ser combatido o quanto antes, segundo um inquérito Eurobarómetro divulgado pela Comissão Europeia.
E a nível institucional vários instrumentos globais pretendem combater as alterações climáticas. Desde o Acordo de Paris, aprovado em 2015 na Conferência Global do Clima das Nações Unidas, para a redução das emissões dos gases de efeito de estufa no planeta, ao Pacto Ecológico Europeu, que constitui a principal prioridade política da Comissão Europeia. A nível europeu, existe o compromisso de se alcançar a neutralidade climática da UE até 2050 e reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990. Estes compromissos estão agora consagrados na Lei Europeia do Clima, formalmente assinada em 30 de junho de 2021.

Porém, uma coisa são os acordos, outra coisa é a realidade. Com países a não cumprirem tratados – recorde-se, por exemplo, a ausência dos EUA do Acordo de Paris durante o mandato de Donald Trump – e com a natureza a manifestar-se cada vez mais, as esperanças estão agora voltadas para a COP 26, a conferência mundial de alto nível sobre o clima a ter lugar em novembro de 2021 na Escócia.

Numa corrida contra o tempo, a Amnistia Internacional apela à solidariedade internacional e insta os Estados a tomarem medidas ambiciosas de combate às alterações climáticas, de forma a salvaguardarem o planeta e os direitos humanos.
Os membros do G7 e do G20, como países mais ricos e responsáveis pela maior percentagem das emissões globais, têm a responsabilidade de cumprir as promessas mais ambiciosas, elenca a Amnistia num documento com recomendações globais. O financiamento a países mais pobres para se adaptarem às novas contingências do clima também deve ser cumprido e até aumentado.

No fundo, a Amnistia Internacional apela aos líderes para que tomem medidas sem precedentes de combate às desigualdades globais que estão a agudizar as crises da COVID-19 e das alterações climáticas, as duas grandes ameaças aos direitos humanos da atualidade. A Amnistia Internacional ressalta ainda neste documento que a recuperação económica da pandemia representa um risco, mas também uma oportunidade para enfrentar a crise climática e garantir uma justa transição para longe dos combustíveis fósseis que respeite e proteja totalmente os direitos humanos.

© Pexels - Markus Spiske

© Benjamin Girette / Hans Lucas

DOSSIÊ

COMBATE DEFICITÁRIO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS COMPROMETE DIREITOS HUMANOS

Apesar de todas as evidências dos impactos negativos das alterações climáticas no planeta e nos direitos humanos, muitos governos continuam a apoiar indústrias poluidoras que agravam os problemas existentes. Numa luta que exige solidariedade internacional, a Amnistia Internacional propõe um extenso plano com indicações de como os estados e corporações podem combater a crise climática a nível global.

© OCG Saving The Ocean

Em apenas dez anos, 1,7 mil milhões de pessoas foram afetadas por alguma catástrofe decorrente das alterações climáticas, comprometendo alguns dos seus direitos mais básicos, tais como o direito à habitação, saúde, água, educação, saneamento, etc.
E com o agravar destes efeitos em todo o planeta, como podemos verificar neste verão de 2021 com fenómenos extremos inclusive na Europa, prevê-se um crescendo de pessoas afetadas nos seus direitos mais básicos, sobretudo nas comunidades mais desfavorecidas.

A crise climática é uma crise de direitos humanos de proporções sem precedentes e que ameaça o gozo dos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais das gerações presentes e futuras e, em última análise, a própria humanidade.

Porém, mesmo conscientes dos efeitos diretos que as alterações climáticas têm no planeta e na perda de direitos humanos, continuam a ser tomadas decisões contrárias a esta luta.
Um relatório recente da Amnistia Internacional dá conta da continuidade do apoio à indústria dos combustíveis fósseis por parte dos governos mais ricos do mundo, condenando milhões de pessoas à fome, à seca e às deslocações forçadas.

A Amnistia Internacional realça como os membros do G7 continuam a subsidiar a indústria do carvão, petróleo e gás, não dispondo de projetos robustos para eliminar significativamente os combustíveis fósseis durante esta década. Recorde-se que, até 2030, as emissões globais devem diminuir para metade, a fim de se evitarem os piores cenários climáticos.

«Os planos climáticos pouco ambiciosos apresentados pelos membros do G7 representam uma violação dos direitos humanos de milhares de milhões de pessoas. Não são falhas administrativas, são um ataque devastador e em massa aos direitos humanos», diz Chiara Liguori, conselheira de direitos humanos e políticas ambientais da Amnistia Internacional.

Falta assim solidariedade internacional numa luta que deve ser de todos, mas que afeta desproporcionalmente aqueles que são mais desfavorecidos.

OS INSTRUMENTOS DISPONÍVEIS

Os decisores devem fazer uso de todos os instrumentos já existentes para travarem os efeitos das alterações climáticas no planeta e, consequentemente, o seu impacto nos direitos humanos. O Acordo de Paris, aprovado em 2015 na Conferência Global do Clima das Nações Unidas, instituiu o objetivo da redução das emissões dos gases de efeito de estufa no planeta, para se conter o aquecimento global abaixo dos 2°, preferencialmente 1,5°.

De salientar ainda o papel do PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, que promove a implementação da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável através de vários projetos um pouco por todo o planeta.

A nível europeu, salienta-se o Pacto Ecológico Europeu, que tem por objetivo que as emissões líquidas de gases com efeito de estufa sejam nulas em 2050 e que o crescimento económico esteja dissociado da utilização de recursos escassos. Estes compromissos estão agora consagrados na Lei Europeia do Clima, formalmente assinada em junho de 2021.

Recorde-se também que os governos têm obrigações de defesa de direitos humanos que estão consagrados em diversas leis internacionais, nomeadamente no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), no Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) ou na Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD). Esta última, por exemplo, elenca em 42 artigos aquelas que são as obrigações dos países signatários para com a defesa da diversidade biológica – Portugal ratificou a mesma em maio de 1993.

Porém, se afunilarmos um pouco mais ao nível dos países, e tal como já foi referido acima, são muitos os que 'dão uma no cravo e outra na ferradura', já que vários países, tais como os EUA, o Reino Unido e a Rússia, permitiram que empresas consumidoras de combustíveis fósseis beneficiassem de medidas de estímulo económico, tais como reduções fiscais e empréstimos, alertava a Amnistia Internacional em julho de 2020.

Assim, os países devem fazer uso dos instrumentos já existentes para combater as alterações climáticas e salvaguardar os direitos humanos desta e das gerações vindouras.

Neste sentido, a Amnistia Internacional propõe um extenso plano com indicações de como os Estados e corporações podem travar esta luta.

Por exemplo, os países devem implementar estratégias nacionais e internacionais para reduzirem as emissões de gases; devem eliminar subsídios a combustíveis fósseis; devem apoiar aqueles que já estão a sofrer com os eventos climáticos, etc...

Mas é preciso reforçar que, entre as inúmeras medidas a tomar, os governos devem sempre cuidar para que as mesmas não ponham em causa os direitos humanos das suas populações. Em última análise, é para os acautelar que as medidas devem ser tomadas.

© Saw Wunna on Unsplash

DOSSIÊ

As desigualdades mostradas pela pandemia

"A pandemia é uma tarefa e o mundo está a falhar. Morreram mais de quatro milhões de pessoas e continuam a morrer. Só este ano, o número de mortos é mais do dobro do total do ano passado. No tempo que levo para fazer este discurso, mais de 100 mil pessoas perderão a vida para a COVID-19. E quando a chama olímpica for apagada, a 8 de agosto, vão morrer mais de 100 mil pessoas". A frase, dura, mas real, foi proferida por Tedros Ghebreyesus, diretor da Organização Mundial da Saúde (OMS), por altura da abertura dos Jogos Olímpicos de Tóquio.

Duas semanas antes, Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional, na análise aos números divulgados, já tinha despertado consciências para o tema, reservando uma palavra especial para a questão da equidade e do livre acesso à vacina: "Pelo menos quatro milhões de vidas foram, até agora, perdidas para a COVID-19. Este marco devastador deveria estimular governos e empresas mais ricos a uma ação imediata. Quantos mais milhões terão de morrer antes do conhecimento e a tecnologia para produzir vacinas suficientes para todos estejam universalmente disponíveis?".

A solidariedade mundial tem de, forçosamente, ser o topo das prioridades não só na questão da COVID-19, de forma específica, mas de uma forma geral, transversal a todas as áreas. No entanto, a premência e a urgência na luta contra a epidemia, faz com que a atenção das pessoas esteja

mais centrada nessa questão. Que pode, e deve, ser também ela, mais um ponto de partida para um mundo mais justo. E essa luta tem de começar na partilha da propriedade intelectual de produtos salvadores de vidas.

"Os líderes mundiais devem apoiar ainda mais as iniciativas para levantar as restrições de propriedade intelectual sobre produtos que salvam vidas e pressionar as empresas farmacêuticas a partilharem os seus conhecimentos e tecnologia. Esta é uma questão global que requer uma ação global urgente agora. Ninguém está seguro, até que todos o estejam", sublinha Agnès Callamard. A responsável acrescenta ainda que "o impacto das vacinas que salvam vidas" é evidente: "Desde janeiro, o número de pessoas que morrem em países que conseguiram dar, pelo menos, uma dose a mais de metade da população, reduziu em mais de 90 por cento", explica.

RELATÓRIO ANUAL DA AMNISTIA

O relatório anual da Amnistia Internacional, publicado no passado mês de abril, foi taxativo quanto à implicações da pandemia no aumento das desigualdades sociais e económicas. Se o fosso entre os países mais pobres e os ricos era grande, essa diferença claramente aumentou, deixando os mais vulneráveis numa situação no limiar da catástrofe.

"A COVID-19 expôs e aprofundou brutalmente a desigualdade dentro dos países e entre eles, e destacou a impressionante negligência dos nossos líderes pela humanidade comum. Décadas de políticas divisórias, medidas de austeridade e escolhas erradas de líderes em não investir na melhoria de infraestruturas públicas em ruínas, deixaram a este vírus demasiadas presas fáceis", disse Agnès Callamard. "Enfrentamos um mundo em desordem. Neste ponto da pandemia, mesmos os líderes mais iludidos teriam dificuldade em negar que os nossos sistemas sociais, económicos e políticos estão destroçados".

A FALHA DE VACINAÇÃO EM ÁFRICA

A Organização Mundial da Saúde, no início de setembro, veio alertar para a possibilidade de 42 dos 54 países africanos não conseguirem vacinar 10% de população mais vulnerável até ao final do mês, falhando dessa forma a meta assumida. Num comunicado, a organização, através de Matshidiso Moeti, diretora-regional para África, assumiu: "Com menos de um mês pela frente, este objetivo que se aproxima deve concentrar as mentes em África e a nível global. À medida que mais doses chegam, os países africanos têm de fazer planos precisos para vacinar rapidamente os milhões de pessoas que ainda enfrentam a grave ameaça da COVID-19". "Mais de 143 milhões de doses foram entregues a África e apenas 39 milhões de pessoas - cerca de 3% da população africana - estão completamente vacinadas.
Em comparação, 52% das pessoas estão vacinadas nos Estados Unidos da América e 57% na União Europeia".

O EXEMPLO RECENTE DA SOMÁLIA

No final de agosto, a Amnistia publicou um relatório sobre a Somália, que mostra que a COVID-19 veio expor as fraquezas e debilidades do sistema de saúde daquele país africano.
"A resposta do governo da Somália à pandemia foi totalmente inadequada, resultado de anos de negligência e incapacidade de investir em cuidados de saúde", disse Deprose Muchena, diretor da Amnistia Internacional para a África Oriental e Austral.

"A COVID-19 causou a morte de milhões em todo o mundo, mas a triste realidade é que, na Somália, muitas destas mortes eram evitáveis. O país não pode permitir-se continuar a repetir estas falhas. O governo deve usar quaisquer mais-valias do perdão de dívida para aumentar significativa e progressivamente os orçamentos da saúde para além da afetação de 2% pré-COVID-19, com o objetivo de atingir finalmente os 15% do orçamento anual, em linha com a Declaração de Abuja, que subscreveu", disse Deprose Muchena.

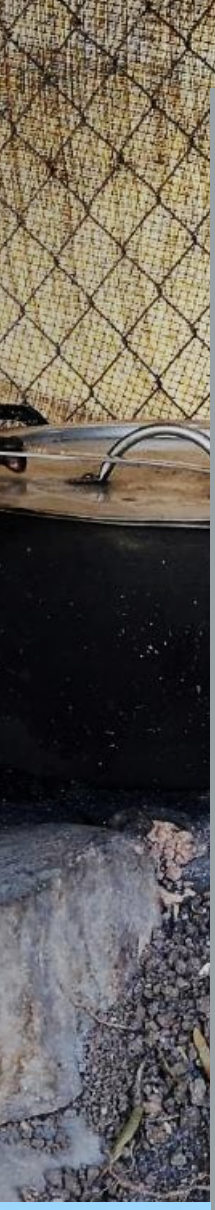
© Saw Wunna on Unsplash

DOSSIÊ

MIGRAÇÕES E ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS: O QUE ESTÁ A FALHAR?

Os números são claros: mesmo com os entraves à mobilidade provocados pela pandemia, o número de refugiados e deslocados internos no mundo continuou a crescer em 2020, pelo nono ano consecutivo. Segundo o relatório anual da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), divulgado em junho, há mesmo um novo recorde, que ascende a 82,4 milhões de pessoas deslocadas. Neste número estão incluídos refugiados internacionais, requerentes de asilo e deslocados internos. Há uma década, o número era inferior a 40 milhões, o que revela que a atual situação migratória tem vindo a agravar-se.

© DR



No mesmo mês em que se divulgavam estes dados, a organização não-governamental Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertava para a construção de novos campos de refugiados na Grécia, que seguem o mesmo modelo do campo de Moria, na ilha de Lesbos, destruído por um incêndio em setembro 2020. A MSF sublinhou que os novos campos beneficiam de financiamento da União Europeia (UE), apesar da promessa prévia de abandono deste modelo.

Mariana Santos, que viveu de perto a realidade dos campos de refugiados em Moria, explica o que está em causa. A estudante de medicina partiu, em julho de 2020, para fazer voluntariado na clínica de Moria, onde as condições de habitabilidade "eram péssimas". Havia "ratazanas por toda a parte, bem como cobras debaixo das tendas que alojavam, em alguns casos, famílias numerosas". Com a chegada da pandemia ao campo, "ficou ainda mais difícil dar a resposta adequada e necessária". "A falta de recursos – nomeadamente, espaço e material – dificultou o controlo da propagação e a desinformação dos refugiados fê-los acreditar que a COVID-19 era apenas uma criação da Europa", conta. Esta mesma Europa que, segundo Miguel Duarte, "instrumentalizou" a pandemia para evitar acolher pessoas deslocadas. O ativista português - que foi constituído arguido pela justiça italiana por acusações de auxílio à imigração ilegal em missões de resgate marítimo – dá exemplos de como a pandemia foi também usada como pretexto para dificultar o acolhimento: "Por altura da primeira quarentena, Itália declarou os seus portos como não seguros, numa tentativa que os navios das organizações não-governamentais fossem desembarcar pessoas resgatadas em mar alto", relata. "Se, por causa da pandemia a Itália não é um porto seguro, então qual é? A Líbia? Não faz sentido", lamenta.

Dados divulgados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) fazem contas ao resultado das travessias marítimas, onde Miguel Duarte intervém. "Durante os primeiros 6 meses de 2021, morreram, pelo menos, 1.146 pessoas em rotas marítimas rumo à Europa, o que representa um aumento substancial em relação ao mesmo período do ano passado", afirma Vasco Malta, chefe da missão da OIM. "É preciso sublinhar que não existindo uma operação liderada pela EU, que atua no âmbito da busca e salvamento de pessoas nestas rotas marítimas, cabe aos Estados a patrulha e gestão das suas águas territoriais", refere.

Esta é, precisamente, a razão apontada para a dificuldade que existe em coordenar uma resposta europeia de acolhimento de deslocados. Em entrevista à AGIR, a Alta Comissária para as Migrações, Sónia Pereira, diz que, por se tratar de uma "matéria de soberania nacional", os países "com posturas mais conservadoras, podem aproveitar a pandemia e a necessidade de controlo sanitário para introduzir mais restrições aos movimentos". Apesar disso, a responsável afirma que o novo Pacto Europeu para as Migrações e Asilo (PEMA), apresentado em setembro de 2020, "tem a grande virtude de ter sido negociado entre estados-membros que têm, em alguns casos, visões opostas sobre a política migratória", fazendo uso do "único instrumento" que a EU tem a seu dispor: o financeiro.

Uma opinião que difere, no entanto, da que foi manifestada pelos ativistas que falaram à AGIR, e que dizem que o PEMA não traz melhorias, mas apenas promove os repatriamentos. Isso mesmo foi sublinhado por Eve Geddie, diretora de advogacia e do gabinete para as instituições europeis da Amnistia Internacional, logo após a publicação do documento. A responsável destacou que o PEMA não oferece uma nova abordagem para facilitar a segurança das pessoas, mas antes "parece ser uma tentativa de dar uma nova forma a um sistema que tem falhado há anos". "Os decisores europeus devem melhorar as propostas" e "desenvolver um plano ambicioso para rotas seguras e legais", sublinhou.

A crise no Afeganistão, com os Talibãs a retomar o poder em agosto, deixou no ar a possibilidade de novos movimentos migratórios de refugiados. A Agência da ONU para os Refugiados afirmou na altura que mais de 550 mil pessoas tinham fugido das suas casas devido ao conflito, desde o início de 2021, e apelou a ajuda humanitária. Portugal está entre os países que se voluntariaram para receber cidadãos afegãos, e que afirmaram a sua solidariedade.

Para Miguel Duarte importa, no entanto, fazer mais que isso e criar "leis mais justas que reflitam uma forma de ver as coisas em que consideramos os migrantes iguais a nós", com os mesmos direitos e não "tratá-los como cidadãos de segunda".

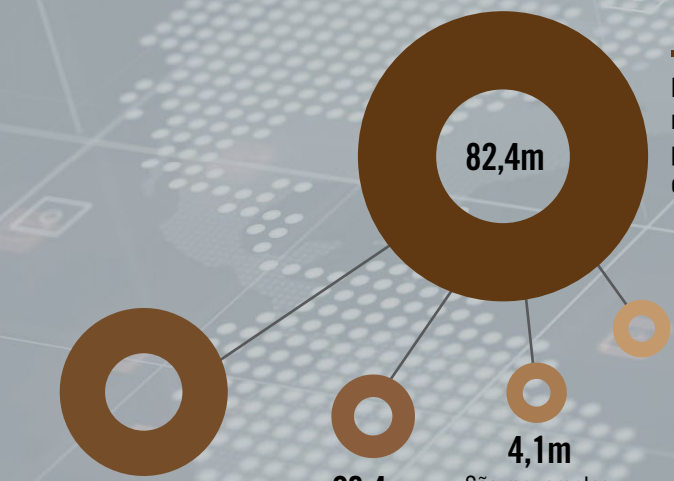
Ler o artigo completo em:
www.amnistia.pt/pessoas-em-movimento

PESSOAS EM MOVIMENTO

QUANDO A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL FALHA.

REFUGIADOS E DESLOCADOS

Em junho o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) dá nota de que o número de pessoas forçadas a fugir devido a conflitos, violência e perseguição tinha atingido o número mais elevado em 2020. No final do ano existiam 82,4 milhões de pessoas deslocadas à força, das quais 35 milhões (42%) são crianças com idade inferior a 18 anos.



De pessoas deslocadas à força em todo o mundo no final de 2020 devido a conflitos, violência, perseguição, violações de direitos humanos ou outros acontecimentos.

3,9m
São venezuelanos deslocados no estrangeiro
(Um total de 4,9 milhões de venezuelanos deixaram o país até final de 2020, incluindo 171.100 refugiados, 851.100 requerentes de asilo e 3,9 milhões de venezuelanos deslocados no estrangeiro.

68% TÊM ORIGEM EM CINCO PAÍSES

Mais de dois terços dos refugiados sob o mandato do ACNUR e dos venezuelanos deslocados no estrangeiro têm origem em cinco países (dados do fim de 2020).

Síria – 6,7 milhões
Venezuela – 4 milhões
Afeganistão – 2,6 milhões
Sudão do Sul – 2,2 milhões
Myanmar – 1,1 milhões

39% ACOLHIDOS POR CINCO PAÍSES

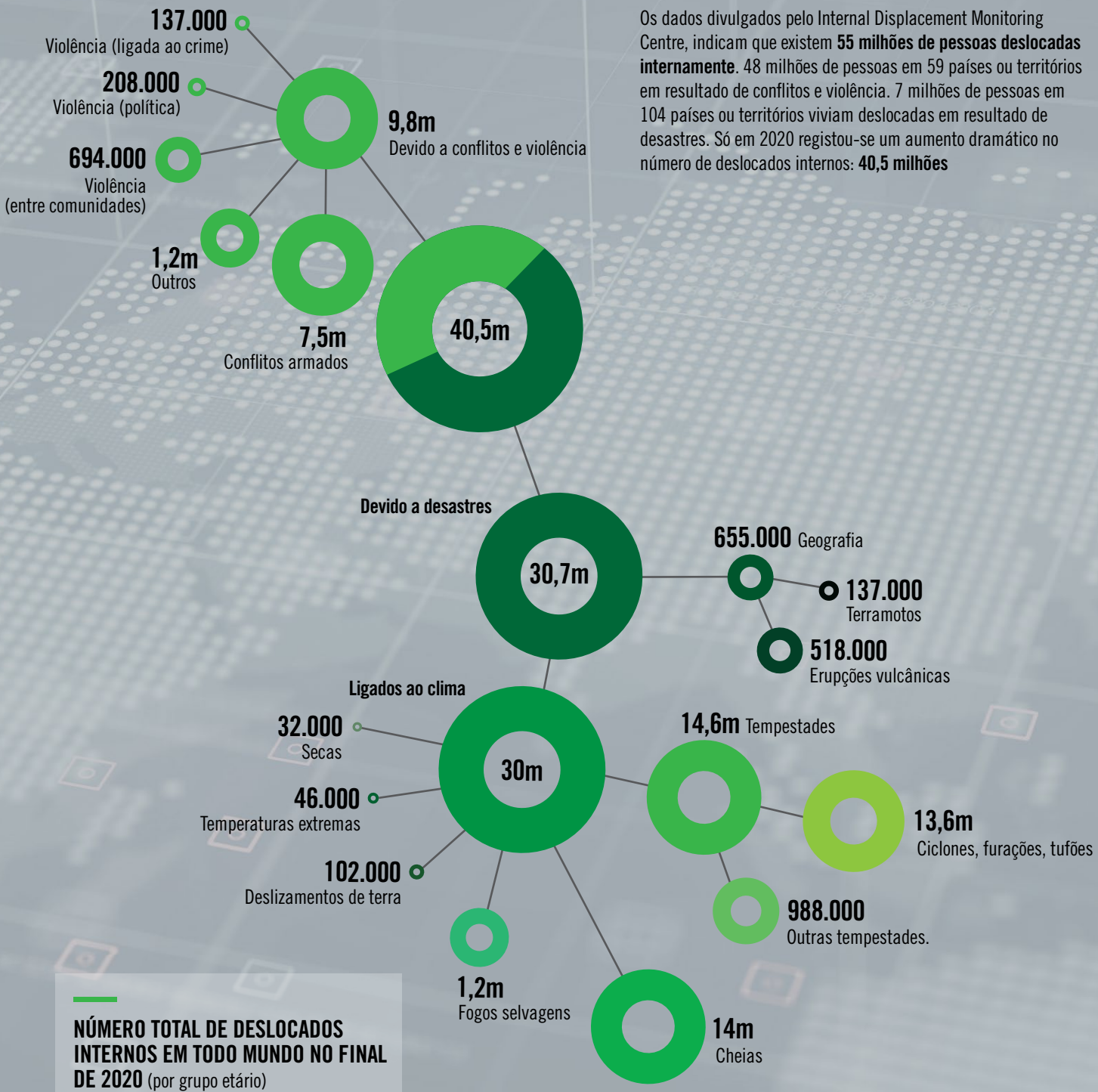
A Turquia acolhe o maior número de refugiados com quase 3,7 milhões de pessoas. A Colômbia é segunda com 1,7 milhões, incluindo os venezuelanos deslocados no estrangeiro (dados de final de 2020).

Turquia – 3,7 milhões
Colômbia – 1,7 milhões
Paquistão – 1,4 milhões
Uganda – 1,4 milhões
Alemanha – 1,2 milhões

Fonte: UNHCR www.unhcr.org/refugee-statistics/

DESLOCADOS INTERNOS

Os dados divulgados pelo Internal Displacement Monitoring Centre, indicam que existem **55 milhões de pessoas deslocadas internamente**. 48 milhões de pessoas em 59 países ou territórios em resultado de conflitos e violência. 7 milhões de pessoas em 104 países ou territórios viviam deslocadas em resultado de desastres. Só em 2020 registou-se um aumento dramático no número de deslocados internos: **40,5 milhões**



NÚMERO TOTAL DE DESLOCADOS INTERNOS EM TODO MUNDO NO FINAL DE 2020 (por grupo etário)

7,2 milhões – 0-4 anos
12,8 milhões – 5-14 anos
10,5 milhões – 15-24 anos
22 milhões – 25-64 anos
2,6 milhões – 65+ anos

Fonte: Internal Displacement Monitoring Centre
www.internal-displacement.org

MARATONA DE CARTAS UM DOS MAIORES EVENTOS DE DIREITOS HUMANOS DO MUNDO

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

A cada final de ano, milhões de pessoas juntam-se a este movimento solidário, escrevendo centenas de milhares de cartas de solidariedade ou assinando as petições da Amnistia Internacional. Em 2019, foi atingido um recorde animador, com mais de 6,5 milhões de assinaturas. Exemplos de quem decidiu participar ativamente na luta contra a injustiça e desigualdade e os casos de sucessos estão aí para provar que é possível.

Paulo Fontes, Diretor de Comunicação e Campanhas da Amnistia Internacional, avalia o impacto da Maratona em duas importantes vertentes. "Primeiro que tudo, impacta de forma definitiva as pessoas a quem este projeto se propõe a ajudar, os nossos casos de sucesso. Mas também a imensidão de indivíduos que se envolvem, que assinam as cartas, organizam os eventos, que se sentem parte de uma corrente que ganha força a cada ano. No ano passado, por exemplo, tivemos mais de 100 mil pessoas em Portugal e mais de quatro milhões em todo o mundo. E tudo isto num cenário de pandemia, que tornou as coisas mais desafiantes, mas não nos baixou as expetativas".

Após uma estreia digital com resultados muito positivos, para a nova edição, o caminho é "continuar e melhorar", afirma Paulo. "Já tínhamos pensado em tornar a ação cada vez mais digital, por causa da pegada ambiental - mesmo antes da COVID-19 - mas tudo acabou por precipitar-se. Neste momento, a maratona é essencialmente online e prevemos que haja cada vez mais adesão. Também temos de pensar em alternativas e ser criativos para os eventos, mas a verdade é que estamos constantemente a melhorar e focados em crescer". Em Portugal, mais de 300 escolas, universidades, centros de formação, associações, coletivos, juntas de freguesia e empresas participaram na última edição. Mas ainda há muito público por explorar, acredita o diretor. "Queremos alargar o âmbito de atuação, que tem sido sempre um foco de ano para ano. Quantas mais pessoas estiverem envolvidas, mais possibilidade de sucesso para cada um dos casos".

E desse sucesso surgem conquistas valiosas na luta contra a desigualdade. Esse é, aliás, um dos critérios de escolha das histórias, a possibilidade única de agitar as águas e gerar mudança concreta. "Cada um dos casos da Maratona é representativo de abusos de direitos humanos que persistem. Ou seja, ao trabalhar um exemplo, não estamos só a trabalhar nesse caso, estamos a tratar e sinalizar um abuso que se repete. E ao termos casos de sucesso, estamos a abrir a porta para travar mais abusos", sinaliza Paulo Fontes.

Como a história de Annie Alfred, a menina albina de 10 anos do Malawi, que foi perseguida e ameaçada de morte porque existe a superstição de que os ossos dos albinos têm poderes e dão proteção. "Escolhemos o seu caso porque representava todos os albinos do Malawi que são perseguidos e mortos e não tinham a lei do seu lado. Após o sucesso do caso de Annie, a legislação passou a existir e não podíamos estar mais orgulhosos. É muito importante a representatividade".

Para além deste critério, é fulcral que "a pessoa esteja disposta a participar, a contar a sua história, que a Amnistia Internacional tenha acesso ao caso e que este tenha grande potencial de impacto", explica o diretor. "Estamos a falar, sobretudo, de pessoas que passam por um infortúnio, que estavam 'à hora errada, no sítio errado' e que foram apanhadas numa situação que não controlam; que são injustamente condenadas à morte, em especial jovens; aqueles que são alvos de sistemas corruptos e os que têm a coragem de fazer o que está certo, mesmo que isso coloque a sua vida em perigo".

Todos os casos da Maratona de Cartas são marcantes, de uma forma ou de outra. No entanto, há aqueles que têm impressão mais duradoura na memória, seja pelo absurdo das circunstâncias ou a absoluta coragem dos intervenientes. Para Paulo Fontes, foi o caso de José Adrian, um jovem mexicano de 14 anos, com uma deficiência auditiva e de comunicação, que teve o azar de se cruzar com uma rixa que envolvia a polícia e acabou preso arbitrariamente e espancado. A família foi ainda obrigada a pagar uma multa. Só anos mais tarde, Adrian conseguiu recompor-se e voltar a estudar.

Ou o caso de José Marcos Mavungo, ativista e defensor dos direitos humanos de Cabinda, Angola. "Mavungo esteve preso mais de um ano, foi acusado de insubordinação por tentar organizar uma manifestação pacífica. É um caso muito especial de sucesso da nossa Maratona e, para além disso, faz hoje parte da equipa da Amnistia Internacional e é um privilégio vê-lo 'continuar a sua missão', como o próprio diz". Para Paulo Fontes, "são estas pessoas que também nos motivam a continuar. São seres humanos com uma coragem extraordinária para fazer o que está correto pelos outros, pela sua comunidade, pelo ambiente, mesmo sabendo que estão a colocar a sua própria vida em perigo. É inspirador."

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

BIELORRÚSSIA

A LONGA PRISÃO PREVENTIVA DE MIKITA

Com apenas 16 anos, Mikita Zalatarou foi detido a 11 de agosto de 2020, em Homel, na Bielorrússia, após ter sido acusado de, alegadamente, atirar um "cocktail molotov" em direção a dois polícias no decorrer de uma manifestação contra o resultado das eleições presidenciais daquele país.

Durante a investigação e o julgamento, as autoridades bielorrussas desrespeitaram o direito de Mikita a um julgamento justo e violaram o seu direito de não ser submetido a tortura e outros maus-tratos, tendo sido espancado não só na prisão, como quando foi detido, com um bastão elétrico.

Para além disso, Mikita foi mantido em prisão preventiva por mais de seis meses e, atualmente, está em confinamento solitário, o que configura uma clara violação das normas de direitos humanos em relação ao tratamento de crianças detidas. De referir, de novo, que o jovem tinha 16 anos na altura da sua detenção e que sofre de epilepsia.

A HISTÓRIA CONTADA PELA FAMÍLIA

Segundo o pai de Mikita, tudo começou em agosto de 2020, quando o jovem esperava por um colega na praça principal da cidade de Homel, na Bielorrússia. Não muito longe dali, decorria uma manifestação pacífica contra os resultados das últimas eleições presidenciais. Mas, quando a polícia chegou, a situação alterou-se e à medida que a multidão começou a correr, alguém gritou para que Mikita corresse e saísse dali também. Foi o que ele fez.

No dia seguinte, mais exatamente a 11 de agosto, a polícia foi até casa de Mikita. Prenderam-no, agrediram-no e acusaram-no de, na noite anterior, ter atirado um "cocktail Molotov" na direção de dois polícias. Foi interrogado sem um advogado presente e sem um adulto que fosse seu representante legal, e preso durante seis meses até ir a julgamento.

Mikita viria a ser condenado a cinco anos de prisão com a acusação a incidir na desordem em massa e uso de explosivos ilegais. Contudo, o vídeo que serviu de prova não o mostra a participar em nenhum momento de violência. Também os relatos de órgãos de comunicação social da manifestação não mencionam quaisquer detenções em massa. Ainda assim, foi condenado pelo juiz a cinco anos de cadeia.

AS DIFICULDADES E CONTRARIEDADES DO PROCESSO

Para sustentar a acusação que levou à condenação a pena de prisão, foi tido em conta o depoimento do taxista que levou Mikita de regresso a casa. No seu testemunho, disse que viu o jovem, antes de entrar no táxi, a mandar uma garrafa para um caixote de lixo. Mas não há nenhuma evidência, nem prova, de tal tenha acontecido. O advogado de Mikita, assim como os de outros dois jovens detidos sob a mesma acusação, está a tentar apelar contra o veredicto e, sobretudo, contra a acusação de "desordem em massa".

Ainda de acordo com informações prestadas pela família e defesa do jovem, outras questões tornaram a vida mais complicada para Mikita. Em primeiro lugar, durante o julgamento o juiz terá assumido uma posição acusatória e apoiado o ministério publico durante o processo; e em segundo lugar, foi alegadamente solicitado tanto ao advogado como ao jovem que fornecessem nomes de outros possíveis perpetradores e que, em troca, ele poderia sair em liberdade. Para além disso, ainda segundo a mesma fonte, o advogado foi forçado a assinar um acordo de sigilo que o impede de revelar quaisquer detalhes do caso, a exemplo da maioria dos processos criminais relacionado com as manifestações após as eleições de 9 de agosto de 2020.

NOVA ACUSAÇÃO, PENA AUMENTADA

No passado mês de março, um mês após a sentença e ainda a aguardar a transferência para o centro juvenil onde iria cumprir a prenda, Mikita Zalatarou foi acusado de uma nova infração, desta feita de resistência à autoridade, na qual terá, alegadamente agredido um guarda do estabelecimento prisional.

O depoimento do pai de Mikita contraria a tese, assumindo que o jovem apenas tentou não ser arrastado para fora da cela e que, ao fazê-lo, caiu com o guarda no chão. O castigo imediato foi o isolamento, onde tem estado estes meses todos, sem poder receber visitas ou de ter qualquer outro tipo de contacto.

Finalmente, em julho, foi conhecida a sentença, que o condenou a mais um ano e meio de prisão numa prisão normal, nos termos do artigo 364 do código penal (violência ou ameaça de violência contra um policial) por supostamente agredir um agente penitenciário e ameaçar a sua família. Dada a sentença anterior (cinco anos de reclusão) a pena total, em cúmulo jurídico, é de quatro anos e seis meses no centro de detenção juvenil.

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

ERITREIA

A ANGÚSTIA DE NÃO SE SABER DE CIHAM ALI

Mais do que pensar em nomes ou em países, o exercício que se tem de fazer é pensar o que seria de qualquer pai ou mãe, se não soubesse nada sobre uma filha há dois dias. Ou duas semanas. Ou dois meses. Qual o sentimento? Qual o tamanho da angústia e do desespero? O caso que apresentamos nestas páginas vai muito além disso, porque Ciham Ali está desaparecida há sensivelmente oito anos e nove meses. Sem ninguém saber onde está. Em que condições. E, fundamentalmente, se está viva ou se está morta.

Ciham Ali, uma cidadã americana na altura com 15 anos - nascida Los Angeles - mas educada e criada na Eritreia, foi presa a 8 de dezembro de 2012, na fronteira com o Sudão - quando tentava sair do país - apenas por ser filha de Ali Ahmed Abdu, um ex-ministro da Informação da Eritreia do governo liderado por Isaias Afwerki, que tinha desertado e fugido para o exílio uns dias antes.

Sensivelmente um mês depois, em janeiro de 2013, foi levada a cabo uma tentativa de golpe de Estado, ainda que sem qualquer tiro disparado, por parte de militares que invadiram a única televisão do país a exigir o regresso da constituição de 1997, a libertação de um grupo de presos políticos, chamados de G-15, assim como de todos os que foram presos apenas por tentarem sair do país, e por quem, desde sempre, a Amnistia Internacional tem feito campanhas para a sua libertação. Apesar de estar a residir fora da Eritreia, Ali Ahmed Abdu foi considerado cúmplice do golpe por parte do governo e, daí, a certeza de que a prisão, até aos dias de hoje, de Ciham Ali é, mais do que qualquer outra coisa, a forma mais cruel e injusta de retaliação.

MEDIDAS RESTRITIVAS PARA SAIR DO PAÍS

De referir que a prisão, sem acusação formal ou julgamento, por parte do governo da Eritreia, não é mais do que o constatar de um "modus operandi" bem conhecido e denunciado pela Amnistia Internacional ao longo dos anos. Dependendo das circunstâncias, os eritreus são obrigados a pedir autorização para sair do país, dentro de um panorama de medidas restritivas. Quem tentar sair sem essa autorização, estará a infringir a lei e pode ser preso.

A vontade de sair do país pode ter muitas razões, mas uma delas é, no escalão dos mais jovens, a mais usual: a obrigatoriedade, por parte do governo local, dos seus habitantes de entrarem num programa nacional de trabalho forçado, que os obriga prestar serviço em troca de um salário mínimo reduzido.

Esta obrigação faz com que os eritreus, principalmente as faixas etárias mais jovens, queiram sair da Eritreia, em busca de uma vida melhor. Só que com as medidas restritivas colocadas pelo governo, muitos deles "entregam" o seu destino a redes de contrabandistas, colocando a sua vida em risco e pagando, grande parte das vezes, o que têm e o que não têm.

HISTORIAL DE DESAPARECIMENTOS FORÇADOS

O desaparecimento de Ciham Ali não é, também, caso único na Eritreia. É apenas um entre muitos, já que o historial é longo e os nomes multiplicam-se. Muitas pessoas depois de detidas, presas ou até sequestradas por funcionários do Estado, ou com autorização dada por eles, acabam depois por desaparecer, sem deixar rasto, e sem qualquer justificação ou palavra por parte de quem as leva.

Embora a Eritreia não faça parte da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, é obrigada, ainda assim, pela proibição do desaparecimento forçado de acordo com o direito internacional consuetudinário e outros tratados de direitos humanos dos quais faz parte, como o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

A AMNISTIA NA ERITREIA

A Amnistia Internacional tem sido uma voz ativa na luta pela libertação dos prisioneiros de consciência na Eritreia. O caso de Ciham Ali, por ser mais conhecido pode, diretamente ou indiretamente, ter mais impacto no futuro dos direitos humanos no país.

A detenção de Ciham é completamente ilegal, independentemente dos motivos que levaram à sua detenção. Foi detida sem qualquer acusação e desde então, não foi levada a julgamento e a sua localização continua a ser secreta. Até para a sua família que não sabem dela desde o dia em que presa na fronteira com o Sudão. O uso da detenção secreta, que facilita a tortura e outros maus-tratos é proibida pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos e na Eritreia muitos cidadãos continuam a ser mantidos incomunicáveis e detidos indefinidamente, sem quaisquer direitos básicos, sem aconselhamento jurídico ou visitas de familiares. Alguns deles durante décadas. Exigimos por isso, a libertação imediata e incondicional de Ciham, a quem, nas palavras do seu tio, Salem, "foram roubados todos os sonhos infantis".

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

GUATEMALA

A LUTA DE BERNARDO PELO AMBIENTE NA GUATEMALA

Há quem tenha nascido com um sentido de missão muito forte. Bernardo Caal Xol, de 49 anos, é um deles. Professor, sindicalista e, sobretudo, defensor da comunidade indígena maia Q'eqchi, na Guatemala, está preso há três anos por defender o seu povo, que foram afetados, em tudo, pela construção de um projeto hidroelétrico no rio Cahábon, a norte do país da América Latina.

A construção destas centrais, num rio considerado pela comunidade como sagrado, já destruiu florestas que pertenciam aos seus territórios e agora arriscam-se a perder um bem preciosíssimo: a água de que dependem para sobreviver. Em resposta, Bernardo exigiu a interrupção das atividades das centrais, alegando que as autoridades falharam em consultar a população de forma adequada - uma exigência ao abrigo do Direito Internacional.

Mas as suas ações, embora pacíficas, tornaram-no um alvo para a empresa e para as elites políticas e económicas. Bernardo foi difamado publicamente e alvo de acusações que não têm qualquer fundamento. Em 2018, um juiz condenou-o a mais de sete anos de prisão, mesmo não existindo quaisquer provas contra ele. "Porque é que estou na prisão? Por denunciar o que estão a fazer aos rios, por defender o pouco que ainda resta", explica Bernardo.

O CASO EXPLICADO DE FORMA SUCINTA

No início de 2015, a comunidade local indígena teve conhecimento dos projetos de construção de duas hidroelétricas no rio Cahábon e nomearam Bernardo e outros líderes locais para denunciar as irregularidades do projeto, entre elas a falta de consulta prévia às comunidades locais, naquela que é uma exigência ao abrigo do Direito Internacional.

Em outubro, Bernardo esteve presente numa reunião que contou com a presença de cerca de cem pessoas, numa ponte perto de um cruzamento entre Santa Maria Cahábon e o rio. Nessa altura todo o trânsito foi cortado pelos manifestantes, impedindo a passagem a muitos carros, num dos quais se contava um com funcionários de uma das empresas responsáveis pela construção do projeto hidroelétrico.

Dois meses depois, em dezembro, três funcionários e um representante legal dessa empresa apresentaram uma queixa no tribunal, alegando terem sido, nesse dia 15 de outubro, parados no trânsito, agredidos e assaltados por um grupo de cerca de cem pessoas. Em junho de 2017 e quando o processo contra a construção estava no bom caminho para a comunidade indígena, os mesmos queixosos voltaram ao Ministério Público, alegando que tinham reconhecido Bernardo, na televisão, como líder do grupo que os agrediu e assaltou dois anos antes.

Nessa altura o ministério abriu um processo incriminatório contra Bernardo Caal e, em dezembro, um juiz de Cobán emitiu uma ordem de detenção em nome do sindicalista.

O RÁPIDO JULGAMENTO

Apenas em fevereiro de 2018 foi levado a tribunal que o acusou dos crimes de detenção ilegal, com circunstâncias agravantes e assalto, tendo sido enviado para prisão preventiva. Entre julho e novembro do mesmo ano, Bernardo foi julgado no tribunal penal de Cobán devido a esses alegados atos de violência ocorridos em 2015. Embora sem quaisquer elementos objetivos que suportem essa denúncia, a 9 de novembro, o tribunal condenou Bernardo Caal Xol a 7 anos e 4 meses de prisão pelos crimes de furto qualificado e detenção ilegal.

PRISIONEIRO DE CONSCIÊNCIA

A 16 de junho de 2020, a Amnistia Internacional declarou Bernardo como Prisioneiro de Consciência, por considerar que foi detido apenas devido às suas opiniões e ao seu trabalho em defesa da sua comunidade e do ambiente. Com acesso ao seu processo criminal, a Amnistia concluiu que "nem deveria ter sido acusado" e muito menos "condenado" exigindo, por isso, a libertação "imediata e incondicional".

Na análise ao processo, foi facilmente percetível que existiram "graves irregularidades e negligência na investigação realizada pelo Ministério Público", sobre os alegados atos de violência de 15 de outubro de 2015. É, dessa forma, "preocupante" para a Amnistia que a denúncia apenas se baseie "nos testemunhos dos funcionários" – que contêm contradições e incoerências significativas – e que o Ministério Público não tenha "conseguido fornecer quaisquer indícios que provassem que Bernardo esteve efetivamente presente naquele dia e que terá tomado parte de qualquer coisa que eventualmente tenha acontecido.

De acordo com informação recolhida pela Amnistia Interancional, o que realmente parece ter acontecido, foi uma série "de suposições negativas sobre Bernardo Caal por ser líder comunitário indígena", irregularidades que "são consistentes" com os "padrões de criminalização" normalmente utilizados contra aqueles "que defendem a terra e ou o meio ambiente na Guatemala" e que já foram anteriormente identificados pela organização.

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

CHINA

ZHANG ZHAN - PROCURAR A VERDADE E PROCURÁ-LA A TODO O CUSTO

Zhang Zhan foi a primeira jornalista cidadã a ser condenada na China por fazer reportagens, a partir de Wuhan, sobre a pandemia. Com apenas 37 anos, Zhan, que nasceu no noroeste da China, dedicou grande parte da sua vida à luta pelos direitos humanos. Apesar de ser formada em advocacia, está proíbida de exercer a profissão desde 2004, mas isso não a impediu de auxiliar cidadãos que lutavam pelos mesmo ideais de liberdade e igualdade.

Tornou-se ativista, participou em vários encontros onde se discutiam estes temas e optou por ser uma jornalista cidadã no seu país, mas com um público cada vez mais crescente em todo o mundo. Uma voz ativa numa sociedade onde existe censura e que não demorou muito a entrar no radar das autoridades chinesas. Devido à sua constante busca pela verdade e desafiando os poderes instituidos num país onde a liberdade de expressão é apenas um ideal, Zhang já tinha sido detida outras vezes por "provocar discussões e provocar problemas", "perturbar a ordem social" e "incitar à subversão do poder do Estado". Mas não parou aí.

O seu percurso mudou quando se teve a certeza de um surto em Wuhan e Zhang, e, com outros jornalistas, ruma à cidade, em fevereiro de 2020. É no epicentro da pandemia da COVID-19 que este grupo de profissionais está decidido a mostrar o que o mundo não conseguia ver. Como jornalista cidadã, utilizou as plataformas online disponíveis, como o WeChat, Twitter e YouTube, para mostrar a detenção de outros colegas independentes ou assédio às famílias das vítimas do vírus. A sua presença tornou-se um problema para as autoridades chinesas, numa altura em que o país tentava controlar a narrativa sobre os factos.

Poucos meses de trabalho e, a 14 de maio, Zhan desapareceu em Wuhan. Só no dia seguinte as autoridades chinesas iriam confirmar a sua detenção, em Xangai, a mais de 640 km de distância.

Começou uma nova luta. Zhan iniciou uma greve de fome logo em junho, para protestar contra a detenção e afirmar a sua inocência. Como resultado, as autoridades obrigaram-na a alimentar-se à força e a usar algemas nas pernas e braços, durante 24 horas por dia, entre junho e dezembro, como forma de punição. É neste clima de tortura e resistência que a ativista passa os dias, até saber que vai finalmente a julgamento.

A 28 de dezembro, o Tribunal Popular do Novo Distrito de Pudong considerou-a culpada e condenou Zhan a quatro anos de prisão por "provocar discussões e problemas". Mais de seis meses em condições deploráveis, a jornalista compareceu em tribunal numa cadeira de rodas, a sua saúde mostrava sinais drásticos de deterioração. Mas isso não a deteve.

Zhan não recorreu, mas garantiu ao advogado, no último encontro entre ambos, em janeiro de 2021, que iria continuar com uma "greve de fome parcial" durante todo o tempo que estivesse presa. Come alimentos simples como fruta, bolachas e leite. Este gesto simbólico é para a Zhan a sua única forma de resistir porque, segundo a própria, ao aceitar as refeições regulares do estabelecimento prisional, estaria a admitir que é culpada, que cometeu os crimes pelos quais foi condenada.

Em fevereiro, a uma semana do Ano Novo Chinês, foi finalmente autorizada a uma videochamada com a sua mãe.

Esta foi a primeira vez que Zhang falou com um familiar, nove meses depois de Wuhan.

Em março, a família de Zhan recebeu notificação de que esta tinha sido transferida para a Prisão de Mulheres, em Xangai. Até à data, todos os pedidos para a visitar foram recusados sem que tenha sido apresentado qualquer motivo.

O caso de Zhang Zhan é representativo da situação da liberdade de imprensa no país. De acordo com o Comité para a Proteção dos Jornalistas (CPJ), a China é o país do mundo com mais jornalistas detidos. Atualmente, estão 47 profissionais a cumprir pena, número que aumentou durante a pandemia. Desde que o surto da COVID-19 foi confirmado em Wuhan, há quase dois anos, vários artigos relacionados com o assunto, nomeadamente, acerca do "caso zero", ou sobre a atuação das autoridades chinesas têm sido permanentemente censurados, apagados e os meios de comunicação oficiais controlados. Os jornalistas cidadãos que arriscaram as suas vidas para reportar 'in loco', continuam a sofrer repressão constante e lutam todos os dias para fazer o seu trabalho em segurança. Segundo a própria Zhang Zhan, o nosso dever é simples: "procurar a verdade e procurá-la a todo o custo. A verdade tem sido sempre a coisa mais cara do mundo. É a nossa vida". E é pela sua que agora a luta não pode parar.

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

ISRAEL

JANNA JIHAD – AMEAÇADA POR EXPOR A VIOLÊNCIA ISRAELITA

A coragem não tem idade. Janna Jihad tem 15 anos e é uma jornalista e defensora dos direitos humanos, que vive em Nabi Saleh, aldeia palestiniana na Cisjordânia ocupada. Em 2009, quando tinha apenas três anos, a sua comunidade iniciou manifestações semanais contra a ocupação militar de Israel. Exigiam o acesso à nascente de água, Al-Qaws, que foi ocupada pelo colonato israelita vizinho de Halamish. Semana após semana, os palestinianos foram recebidos com violência e, esta tornou-se a sua realidade desde que se lembra de existir.

Quando tinha sete anos, Janna perdeu um tio, assassinado por militares israelitas. Foi a própria que usou o telefone da mãe para gravar a repressão vivida pelos seus familiares. Nascia ali a sua missão de vida. "Comecei no jornalismo ao perceber que a nossa realidade como crianças que viviam sob a ocupação de Israel não era conhecida. Muita gente não sabe que os nossos direitos são violados todos os dias; que a nossa infância é violada todos os dias. Como vemos os nossos entes queridos feridos ou presos. Como não podemos sequer praticar os nossos direitos, mesmo a caminho da escola. Queria que o mundo inteiro soubesse o que está a acontecer no nosso quotidiano.

Como vivemos sempre com medo e incerteza, porque a qualquer momento um soldado israelita pode chegar à nossa casa e prender, ou matar, um parente. Como posso impedir isto, ou fazer algo? Comecei a usar a minha câmara, mesmo sabendo que os soldados israelitas têm como alvo a imprensa e os jornalistas, porque não querem que o mundo veja a verdade." Com ainda tão pouco tempo de vida e de experiência, Janna já se apercebera do poder da denúncia e nunca mais parou.

O mundo não lhe ficou indiferente e os seus vídeos já foram vistos por centenas de milhares de pessoas em todo o mundo. Em 2017, foi reconhecida pelo seu trabalho

como jovem jornalista, durante o The International Benevolence Awards, atribuído por uma instituição turca. Em 2019, com 13 anos de idade, Janna tornou-se a mais jovem jornalista da imprensa palestiniana com carteira profissional, e uma das mais jovens do mundo. É também embaixadora da educação de Shamsaan, uma iniciativa conjunta sul-africana-palestiniana, que promove os direitos humanos através das artes e da cultura. O trabalho desta adolescente é já de inquestionável valor.

Embora a aldeia de Nabi Saleh tenha interrompido as manifestações semanais em 2016, Janna continua o seu trabalho em outras frentes, sempre focada nos direitos humanos do povo palestiniano, sobretudo de crianças, como ela.

"O principal objetivo do meu trabalho é viver normalmente. Como qualquer outra criança do mundo, quero poder jogar futebol com os meus amigos sem que chovam latas de gás lacrimogéneo. Uma vida normal, uma infância normal. Quero saber o que significa liberdade na minha pátria, o que significa justiça, paz e igualdade, sem ter de enfrentar o racismo sistemático. Comecei a fazer os meus relatórios para partilhar esta mensagem com o mundo. Acredito que todos os humanos que ainda têm humanidade devem ser contra ações que tiram os direitos da criança".

As ações de Israel não olham a idades. Várias crianças palestinianas da Cisjordânia ocupada foram acusadas em tribunais militares juvenis israelitas, depois de serem frequentemente detidas em ataques noturnos e sistematicamente maltratadas.

A vida de Janna está em perigo e a sua terra continua a ser palco de abusos, tendo sido declarada como uma zona militar fechada. O impacto combinado das políticas e práticas repressivas e restritivas do exército em Nabi Saleh equivale a um castigo coletivo pelo qual toda a população é penalizada, incluindo aqueles que não desempenham qualquer papel ativo contra o domínio israelita, como as crianças.

Israel ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e tem um comité especial no parlamento que supervisiona a sua implementação. Mas não alarga as proteções concedidas às crianças palestinianas no territórios palestinianos ocupados (TPO), apesar deste Comité dizer repetidamente a Israel que as suas protecções se aplicam a todas as crianças que vivem em áreas sob o controlo de Israel. Enquanto as crianças israelitas estão sujeitas à lei civil, as crianças palestinianas, incluindo Janna, estão sujeitas à lei militar.

Apesar da sua inegável determinação e capacidade de luta, a adolescente continua a enfrentar muitas ameaças por ter decidido usar a sua voz, incluindo de morte, intimidação pelas autoridades e campanhas de difamação. Com apenas 15 anos, enquanto uma mulher em formação e como ativista, Janna vive em constante risco de violência física, castigos coletivos, criminalização em tribunais militares ou tortura. Os seus direitos à liberdade de expressão e de reunião pacífica e o seu direito à educação estão sob ameaça e o seu caminho deve ser protegido e salvaguardado.

APELOS MUNDIAIS

GUATEMALA

SOLIDARIEDADE COM BERNARDO CAAL XOL

Talvez se recorde de Bernardo Caal Xol. Afinal, não é a primeira vez que falamos dele na AGIR. Bernardo é um corajoso líder indígena da comunidade Q'eqchi' Maya, um defensor de direitos humanos e, atualmente, um prisioneiro de consciência, que continua a precisar da si.

Tudo começou quando Bernardo e a sua comunidade se manifestaram contra a construção de duas centrais hidroelétricas junto a dois rios na região onde habitam, na Guatemala. Apresentou várias ações legais contra o projeto e, em 2017, um tribunal reconheceu que o direito das comunidades a uma consulta livre, prévia e informada tinha sido violado.

Mas, em 2018, tudo mudou. Bernardo foi alvo de uma campanha pública de difamação e condenado a sete anos e quatro meses de prisão, num julgamento injusto, onde não foram apresentadas provas contra ele. Tudo porque defendeu os direitos das comunidades e o ambiente que as rodeia.

É por isso que precisamos de si. Escreva uma mensagem de solidariedade para este professor, defensor de direitos humanos, pai dedicado, apaixonado pelo ensino, futebol, livros de história e documentários sobre a civilização Maia. Gosta também de ouvir música, em particular a El Pueblo Unido, Jamás será Vencido.

Escreva a sua mensagem de solidariedade para Bernardo Caal Xol no postal que se encontra nas páginas centrais.

Se ainda não assinou o apelo, pode fazê-lo online em: www.amnistia.pt/peticao/bernardo-caal-xol/

ISRAEL/TERRITÓRIOS PALESTINIANOS OCUPADOS

AMEAÇADA DE MORTE POR DENUNCIAR RACISMO

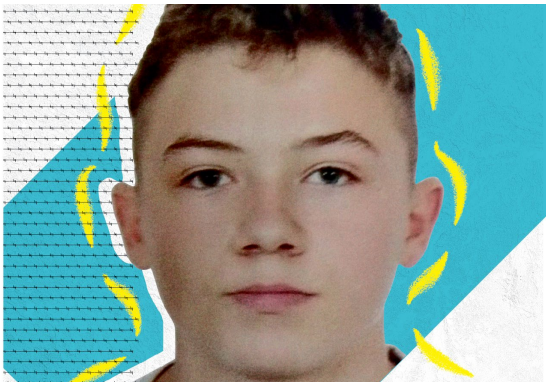
Janna Jihad sonha com uma infância normal. Mas, para a jovem de 15 anos que vive nos territórios ocupados da Cisjordânia, a vida sob discriminação sistemática é tudo menos normal.

Mas Janna não fica em silêncio. Desde criança que expõe ao mundo a violência racista de que a sua comunidade é alvo nas mãos das forças israelitas, através de gravações que faz com telemóvel. Aos 13, graças a esse trabalho de constante denúncia e documentação das ações opressivas do exército israelita, Janna foi reconhecida como uma das mais jovens jornalistas do mundo.

Mas são as crianças as principais vítimas dessas ações. Muitas foram mortas ou feridas ao longo dos anos. E, apesar de Israel ter assinado a Convenção sobre os Direitos das Crianças, não alarga as proteções aí consagradas a crianças palestinianas que vivam na Cisjordânia. Em oposição, as crianças israelitas estão protegidas, mesmo as que vivem em colonatos ilegais perto de Janna.

"Quero saber o que significa liberdade na minha terra natal, o que significam justiça e igualdade sem racismo sistemático", diz Janna. Vamos ajudá-la. Israel deve proteger Janna e todas as crianças de discriminação e violência.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em: www.amnistia.pt/peticao/janna-jihad/



BIELORRÚSSIA

JOVEM AGREDIDO, ELETROCUTADO E PRESO

Até há pouco tempo, Mikita Zalatarou era como qualquer outro adolescente: gostava de jogar Minecraft e ouvir música. Mas hoje, este jovem de 17 anos, vive um verdadeiro pesadelo.

Tudo começou em agosto de 2020, quando Mikita aguardava por um amigo na praça principal da cidade de Homel, na Bielorrússia. Perto, decorria uma manifestação pacífica contra o resultado das eleições presidenciais. Mas, quando a polícia chegou, a multidão começou a dispersar e alguém gritou para que Mikita corresse também e fugisse dali.

No dia seguinte, a polícia foi até casa de Mikita. Prenderam-no, agrediram-no e acusaram-no de atirar um cocktail Molotov na direção de dois agentes na noite anterior. Já sob custódia, foi agredido com um bastão de choques elétricos, interrogado sem a presença de um advogado ou de um responsável legal, e esteve preso seis meses até ir a julgamento.

Mikita acabou por ser condenado por desordem em massa e uso de explosivos ilegais. Contudo, o vídeo que serviu de prova não o mostra a participar em atos de violência e a comunicação social não reportou nenhumas detenções em massa. Ainda assim, o juiz condenou o jovem a cinco anos numa colónia prisional juvenil. Mikita deve ser libertado e ter direito a julgamento justo.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:
www.amnistia.pt/peticao/mikita-zalatarou/

CHINA

ELA OUSOU DENUNCIAR A VERDADE SOBRE A COVID-19 NA CHINA

Quando Wuhan (a cidade onde surgiu o primeiro surto da COVID-19 na China) entrou em confinamento, Zhang Zhan foi uma das poucas pessoas a ir para o terreno, enquanto jornalista cidadã, para reportar sobre a crise que começava.

Determinada a divulgar a verdade, esta antiga advogada viajou até Wuhan em fevereiro de 2020 e, através das redes sociais, denunciou a detenção de jornalistas independentes e a perseguição a familiares de pacientes com COVID-19.

Os jornalistas cidadãos foram a primeira fonte de informação não censurada da pandemia. Mas, por serem independentes dos meios de comunicação controlados pelo Estado, são alvo de assédio por exporem informação que o governo preferiria esconder. É esse o caso de Zhang Zhan. Depois de ter desaparecido de Wuhan em maio de 2020, foi confirmada a sua detenção, em Xangai, a 640km. Em junho de 2020, começou uma greve de fome em protesto contra a sua detenção e, em dezembro, estava tão frágil que apareceu em tribunal numa cadeira de rodas. O juiz condenou-a quatro anos de prisão por "começar distúrbios e provocar problemas".

Zhang Zhan foi transferida para a Prisão de Mulheres de Xangai em março de 2021 e não tem autorização para receber visitas familiares. Deve ser libertada imediatamente.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em:
www.amnistia.pt/peticao/zhang-zhan/

ERITREIA

DESAPARECEU APÓS SER LEVADA PELA POLÍCIA

Ciham Ali nasceu em Los Angeles, cresceu na Eritreia, e tinha grandes sonhos para a sua vida. Fã de Lady Gaga e Green Day, queria ser designer de moda quando crescesse. Mas o sonho não se realizou.

A 8 de dezembro de 2012, Ciham foi detida na fronteira com o Sudão do Sul, quando tentava fugir do país. O pai, Ali Abdu, ex-ministro do presidente Isaias Afwerki, fugiu para o exílio quando os militares tentaram um golpe contra o governo. Segundo os rumores, Ali Abdu tinha apoiado o golpe e Ciham foi detida em retaliação.

Nove anos depois, ninguém, nem mesmo a família, sabe onde Ciham está. Até ao momento, não foi acusada nem apresentada em tribunal. Desapareceu.

Na Eritreia, são conhecidas as práticas de prisão de pessoas em contentores no subsolo (onde experienciam temperaturas extremas), de torturar prisioneiros e de os deixar à fome e à mercê de infeções, entre outros maus-tratos. Ciham pode ter sofrido horrores indiscritíveis.

Apesar de ser uma cidadã americana, Ciham tem sido ignorada pelo governo dos EUA. Até ao momento, têm estado em silêncio sobre o seu caso, apesar de terem poder para influenciar o governo eritreu. Chegou o momento de os EUA se manifestarem em sua defesa.

Assine e envie o postal que se encontra nas páginas centrais ou assine online em: www.amnistia.pt/peticao/ciham-ali/

"Estou maravilhado. Agradeço à Amnistia Internacional e aos seus ativistas pelo enorme apoio que me tornou um vencedor nesta situação. Vocês são os meus heróis. Quero garantir-lhes que os grandes esforços que fizeram por mim não serão em vão e que, com a graça especial de Deus, vou estar à altura das suas expectativas. Prometo ser um ativista de direitos humanos – e lutar pelos outros"

Moses Akatugba esteve mais de dez anos no corredor da morte de uma prisão na Nigéria. Foi repetidamente torturado para que assinasse uma "confissão" pelo roubo de três telemóveis. Depois de uma intensa campanha feita pela Amnistia Internacional na maratona de cartas de 2017, Moses recebeu um perdão total e foi libertado.

© Benjamin Girette

CONTE-NOS A SUA HISTÓRIA!

A si, que é nosso apoiante e/ou membro:

Não conseguimos agradecer-lhe o suficiente pelo apoio e dedicação que tem demonstrado à nossa causa ao longo dos anos.

Pela assinatura de petições, envio de e-mails, adesão a campanhas e pedidos de donativos, entre outras participações, se está a ler estas linhas, o nosso muito obrigada, de coração! Ajudou a salvar vidas e continua a lutar, ao nosso lado, por um mundo melhor!

Desta vez, gostaríamos de o "ouvir", conhecer as suas motivações, ambições e a sua história. Assim, estamos a convidá-lo a enviar-nos um e-mail para **info@amnistia.pt** com a sua narrativa, dando-nos a conhecer as razões pelas quais decidiu tornar-se um defensor de Direitos Humanos, apoiando e ajudando-nos a levar adiante a nossa árdua missão de trabalhar para que todas as pessoas, em todo o mundo, possam usufruir de todos os seus direitos.

Certos de que será um bonito relato, e de que teremos oportunidade de partilhar muitas das vossas histórias inspiradoras, esperamos que se sinta motivado a participar neste nosso apelo.

ESCREVA-NOS!

info@amnistia.pt

18.º Festival
Internacional de Cinema

INDIELISBOA
21.8.–6.9.21

"RADIOGRAPH OF A FAMILY"

PRÉMIO AMNISTIA INTERNACIONAL NO INDIELISBOA 2021

Aconteceu de 21 de agosto a 6 de setembro mais uma edição do IndieLisboa – Festival Internacional de Cinema de Lisboa. O festival acolhe o Prémio Amnistia Internacional desde 2005 -fruto da parceria que liga as duas instituições - que visa distinguir filmes que contribuam para alargar a compreensão do espectador sobre as várias dimensões da dignidade humana. O júri deste ano, composto pelo jornalista Pedro Coelho, o ator Romeu Costa e Sandra Dias Pereira, da direção da Amnistia Internacional Portugal, distinguiu o documentário "Radiograph of a Family", de Firouzeh Khosrovani. O Prémio teve o patrocínio da Fundação Serra Henriques, no valor de 1500 euros.

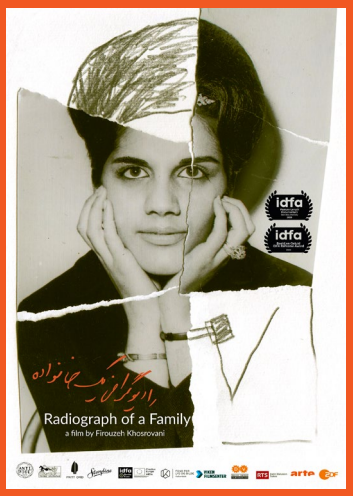
O FILME

"Radiograph of a Family", é um documentário extremamente pessoal onde a realizadora dá a conhecer intimamente a vida e o casamento dos seus pais, pessoas que não poderiam estar em polos mais opostos. Uma história contada através de imagens de arquivo, cartas e conversas, numa radiografia que ultrapassa o particular para ilustrar também a sociedade iraniana.

Para o júri "o filme traça um retrato profundo do Irão a partir da reconstituição (magistral) da história da família da realizadora, desde o casamento dos pais até à atualidade. Uma família dividida entre o secularismo do pai e a ortodoxia islâmica da mãe." Acrescentando, "num mundo, e numa geografia, onde o extremismo molda, cada vez mais, o devir da sociedade, a família de Khosrovani, apesar do fosso que separa os pais, enaltece uma mensagem de tolerância, provando-nos que a religião e a secularidade, constituindo legítimas opções de vida, não têm de ser impostas, podendo, cada um de nós, em liberdade, assumir a sua própria conduta. A realizadora, crescendo no seio desta dicotomia, é bem o exemplo dessa escolha livre."

A REALIZADORA

Firouzeh Khosrovani assume: "quis partilhar a história da minha família e estava a tentar encontrar a narrativa correta para o fazer. Este é o meu projeto de vida. Há muitos anos que



tinha este projeto na cabeça. Estive à espera de atingir a confiança, a coragem e a experiência de vida para fazer esta longa e desafiante viagem."

Se a história dos seus pais acontecesse hoje? Firouzeh é clara: "estas pessoas, estas crenças, estes comportamentos são o produto de um contexto específico. Foram moldados num determinado período da história. Claro que a vida dos meus pais seria diferente se acontecesse noutro tempo. Não consigo imaginar como poderia ser se acontecesse hoje e consequentemente como seria a minha vida. Esta história teve lugar antes e imediatamente após a revolução [no Irão]. Os efeitos colaterais da revolução seguem até ao fim do filme. Tudo é afetado por uma revolução ideológica. É também uma história sobre respeito mútuo e tolerância."

"[Este prémio] tem muito significado para este filme. E é uma honra incrível para mim receber o prémio Amnistia Internacional. Estou profundamente agradecida por este reconhecimento." Conclui Firouzeh Khosrovani.

FUNDAÇÃO
SERRA HENRIQUES

A solidariedade como dever

Terminava com esta ideia, o Presidente Jorge Sampaio, numa das suas últimas ações públicas. Foi um texto de opinião dado à estampa no jornal Público a 26 de agosto de 2021. Apelava a que não esquecessem as jovens estudantes afegãs.

A solidariedade hoje é contestada. Como sempre o foi, aliás.
São milenares os textos que referem a lei do olho por olho, dente por dente. Uma justiça de contas por igual, que tira por igual, que não repara ou resgata. São também milenares os textos do médio oriente que referem a indiferença dos mais importantes da sociedade de então e colocam os mal vistos da época – os de Samaria - a socorrer os indigentes e as vítimas de um mundo mordaz que tira o fundamental aos que vivem em circunstância de maior vulnerabilidade.

Hoje não raro se lê em coro nas redes sociais o resumido "que tenho eu a ver com isso" ou o "antes de ajudarem os de fora, ajudem os de dentro" ou "os daquele país? Porque não os daquele outro?". Há sempre que dizer para quem nada quer fazer.

Reflito por isso que os tempos de agora não são melhores ou piores que os de outrora, são diferentes. Maiores na escala da comunicação, mas também na da ação.

Hoje podemos fazer muito se nos unirmos. Chegamos longe.
A Amnistia Internacional, uma organização de milhões de pessoas simples, otimistas e movidas a esperança, que se desinstalam para agir, são disso prova de eficácia.

PEDRO A. NETO

Diretor-executivo da
Amnistia Internacional Portugal

"Ganhamos todos quando somos solidários sendo que a única coisa que perdemos é a indiferença e o medo."

Etimologicamente solidariedade significa 'dar o sol'. A ele, à sua luz e calor todos temos direito. Não tem propriedade, não exige que se trabalhe para ele. É uma das poucas coisas que vamos podendo ter por garantido e tão necessário que é para a vida e para a saúde.

Dar o sol é um dever de partilha, de obrigação social porque vivemos juntos neste mundo. A solidariedade é um dever. Enriquece-nos a todos repondo uma ideia de justiça universal, equitativa. Do ponto de vista filosófico, a solidariedade faz-nos bem porque nos encaminha a um mundo melhor, percorrendo a fronteira do multiculturalismo que aceita o outro, até chegar à interculturalidade, que é um estádio mais avançado.

O multiculturalismo aceita o outro, mas não troca ideias, não se entrecruza. A interculturalidade vai além. Vive em comunidade, influencia e deixa-se influenciar naquilo que tem de bom. Ganhamos todos quando somos solidários sendo que a única coisa que perdemos é a indiferença e o medo. O medo que nos paralisa e não nos deixa agir.

Afeganistão, Palestina, Xinjiang, Angola, Venezuela. Tantos os países com pessoas merecedoras da nossa solidariedade política, cívica, económica. Tantas pessoas sem teto e sem terra. Tantos países sem cuidados de saúde e acesso às vacinas contra a covid19. Apesar de haver já tanto stock, apesar de alguns países avançarem já para as terceiras doses da mesma. A Europa está avançada em relação às vacinas. Os Estados Unidos dão incentivos para as pessoas se irem vacinar. Outros países ainda mal começaram a vacinar os seus cidadãos porque não tiveram acesso às vacinas.

Uma pandemia só se resolve quanto o mundo todo for vacinado. O vírus e as suas novas variantes não conhecem fronteiras. Só estaremos bem, quando todos no mundo o estiverem.

É por isso que o sistema Covax ou as promessas de 200 milhões de doses da UE ou dos Estados Unidos a "países pobres" não chega. Solidariedade que não passa de uma gota num oceano para tantas necessidades não é cumprir um dever, seja ela uma obrigação humanitária e coletiva (estatal), seja ela pessoal.

Podemos fazer melhor.

BANGLADESH

Um dos países da Ásia mais vulnerável às alterações climáticas

O Bangladesh é um dos países do mundo mais vulnerável ao impacto do aquecimento global e das alterações climáticas. As cheias mais frequentes e severas, o aumento da probabilidade de ciclones mais devastadores, as secas, a destruição de culturas, o aumento do nível do mar e consequente invasão das terras de cultivo pela água salgada, são uma ameaça permanente às populações.

O Index Global de Risco Climático de 2021*, coloca o Bangladesh como um dos 10 países mais afetados por eventos climáticos extremos entre 2000 e 2019 com uma média de mais de 180 eventos deste tipo. Estes eventos relacionados com as alterações têm um enorme impacto na economia e no modo de vida e na vida de milhões de pessoas.

O fotógrafo Abir Abdullah acompanhou a vida das populações e captou a forma como as suas vidas são afetadas pelos eventos climáticos extremos resultantes das alterações climáticas. Neste projeto acompanhou as populações no distrito de Satkhira, no Bangladesh, após a passagem do devastador ciclone Aila que atingiu a região em maio de 2009.

**https://reliefweb.int/report/world/global-climate-risk-index-2021*

A população afetada pela passagem do ciclone espera em filas para recolher água para beber, em Nildumur, Satkhira no Bangladesh.

Para ver a galeria completa vá a:
www.amnistia.pt/outros-olhares-bangladesh

Este bangladeshiano recebe um saco de água potável durante a distribuição de auxílio nas áreas mais elevadas a salvo das águas em Nildumur, Satkhira.

As populações afetadas pelo ciclone tiveram que caminhar pelos terrenos alagados em busca de locais seguros depois da passagem do ciclone por Gabura, Satkhira.

Vítimas do ciclone Aila sentadas num barco em frente à sua casa destruída em Charbara, Satkhira.

Uma família bangladeshiana viaja à medida que a água invade novas áreas após a passagem do ciclone Aila na região sudoeste em Harinagar, Satkhira.

Membros de uma família viajam à procura de segurança após terem perdido as suas casas com a passagem do ciclone que atingiu Nildumur, Shayamnagar, Satkhira.

Uma família desloca-se para local seguro à medida que a água chega a novas áreas na região sudoeste em Harinagar, Satkhira, após a passagem do ciclone Aila.

© Markus Spiske on Unsplash

GRANDE ENTREVISTA

UMA SOLIDARIEDADE QUE NÃO SE CURVA A ESTÁDIOS E FARMACÊUTICAS

Stephen Cockburn

Especialista em Justiça Económica e Social da Amnistia Internacional

Esteve mais de sete anos no Senegal, onde trabalhou com organizações locais para encontrar soluções que enfrentassem a grave crise alimentar que se abateu no país e onde conduziu investigações sobre violações de direitos humanos nos países da região da África Ocidental.

De volta a Inglaterra, Stephen Cockburn, tomou as dianteiras da equipa de Justiça Económica e Social da Amnistia Internacional.

Para este especialista em desenvolvimento internacional, os maiores desafios à solidariedade que o futuro nos reserva, estão na desigualdade da vacinação contra a COVID-19 e nas alterações climáticas. "Porque só estaremos seguros quando todos estivermos seguros."

Em que consiste o trabalho que a equipa de Justiça Económica e Social desenvolve?

Fazemos investigação e campanhas para tentar salvaguardar que os direitos de todas as pessoas sejam respeitados. Trabalhamos para reduzir as desigualdades e as discriminações que muitos enfrentam todos os dias quando tentam aceder a serviços de primeira necessidade. Estamos a falar de direitos como o acesso à comida, à saúde, à educação, à segurança social ou a condições de trabalho.

Na sua perspetiva de especialista, quem são as pessoas mais vulneráveis afetadas pela pandemia da COVID-19 e que ações de solidariedade estão os governos a tomar?

Sabemos que a COVID-19 atingiu mais uns grupos do que outros. Os mais velhos e aqueles com condições de saúde pré-existentes foram, obviamente, os mais afetados. Mas, vemos, também, pessoas que perderam acesso a serviços de saúde. Em muitos países, as minorias étnicas têm sofrido um impacto desproporcional. Também as mulheres foram mais afetadas nas suas responsabilidades como cuidadoras e nos seus trabalhos, cujas economias sofreram mais com os efeitos da pandemia. Existem desigualdades gritantes entre países e dentro dos próprios países. Vivemos uma situação em que dezenas de países na Europa e na América do Norte já vacinaram mais de metade da sua população. Contudo, há dezenas de outros países onde há menos de 1% da população que foi vacinada. A COVID-19 atingiu-nos a todos, mas amplificou o impacto naqueles que já sofriam desigualdades e que já eram discriminados por causa do seu género, da sua raça ou das condições das suas habitações.

Tem alertado governos e empresas farmacêuticas para a importância da distribuição equitativa da vacinação para a COVID-19 e para a criação de uma base de partilha global de conhecimento. Qual é o ponto de situação desta campanha?

Estar protegido da COVID-19 depende muito do sítio onde nascemos e onde vivemos, o que é extremamente injusto. Até este momento, mais de 80% das vacinas foram administradas em países de alto rendimento ou rendimento alto-médio, enquanto apenas 0,3% foram administradas em países de baixo rendimento. O problema da desigualdade da vacinação é que não

© Mat Napo on Unsplash

está a ser reconhecida. É uma tragédia para as pessoas que não têm acesso à vacina, mas é também uma ameaça para os esforços globais para pôr um fim a esta pandemia. A escala de desigualdade da vacinação é enorme. Temos muitos Estados a comprar doses extra, apesar de a maior parte do mundo ainda não ter tomado uma única dose ou termos sequer assegurado a vacinação mundial para a classe médica, por exemplo. E, ainda, vemos empresas que se recusam a partilhar a sua tecnologia com outras empresas para produzir vacinas.

Temos visto conflitos em várias fronteiras, movimentos de extrema-direita e racistas a ressurgir e movimentos migratórios forçados de refugiados e catástrofes ambientais a acontecer um pouco por todo o mundo. De que forma os governos mundiais estão a falhar na resposta a estas crises que afetam todas as populações?

Os governos estão a falhar de diferentes formas. Uma é reconhecer e responder à escala dos desafios globais, sejam eles conflitos, eventos climáticos ou pandemias como a COVID-19. Muitas das respostas que vimos não estiveram ao nível que estes problemas exigem. A outra é que os países não estão a trabalhar juntos. Há muito mais competição nacional, nacionalismos e uma falta do tipo de solidariedade e cooperação internacional que são necessárias para abordar o tipo de desafios que só podem ser ultrapassados se trabalharmos juntos.

E que soluções poderão os países mais vulneráveis encontrar?

Os países mais pobres também têm obrigações e responsabilidades. Precisam de garantir que os direitos humanos estão a ser respeitados, que as pessoas estão a receber assistência e bens de primeira necessidade para poder ultrapassar a crise. É necessário assegurar que ninguém é discriminado no acesso à vacinação, nomeadamente as pessoas mais idosas e vulneráveis e o pessoal médico. Nos últimos anos, temos visto avanços importantes em

> *"Até este momento, mais de 80% das vacinas foram administradas em países de alto rendimento ou rendimento alto-médio, enquanto apenas 0,3% foram administradas em países de baixo rendimento."*

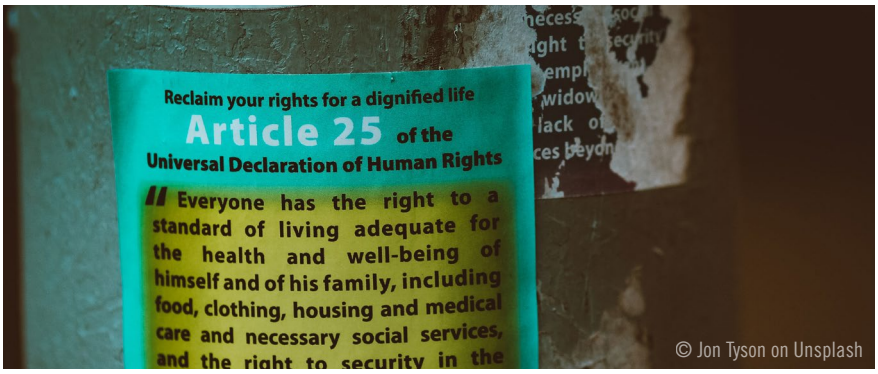
países como o Quénia, a África do Sul e a Índia, que conseguiram implementar normas comerciais para facilitar a remoção da proteção da propriedade intelectual e promover a produção de vacinas. Esta é uma conquista muito importante que já está a ser bloqueada, nomeadamente, por países europeus.

Como cidadãos, o que podemos fazer para ajudar a manter esta conquista, e o debate sobre a solidariedade aberto nas agendas dos nossos governos?

É muito importante fazer com que as nossas vozes sejam ouvidas. Claro que queremos que os nossos serviços de saúde sejam os melhores ou ter os melhores representantes no nosso governo. Eu quero ser vacinado. Eu quero que os meus pais sejam vacinados. Mas, também deve ficar claro que toda a população mundial deve ser vacinada e que nós acreditamos que todos temos direitos e todos somos iguais. A solidariedade internacional devia ser tão importante para o nosso próprio governo como prestar assistência às nossas populações.

Os grandes eventos desportivos ligados ao futebol catapultam muita atenção e já foram utilizados precisamente para atrair esse foco de mediatismo internacional. O próximo Campeonato Mundial de Futebol que irá acontecer no Qatar em 2022 tem estado debaixo de escrutínio da Amnistia Internacional. Porquê?

O próximo Campeonato Mundial de Futebol no Qatar vai ser um evento incrível e positivo para o país e para a região de muitas formas. Mas, ao mesmo tempo, toda a construção, durante a última década, foi assombrada por um sistema de trabalho extremamente explorador. A Amnistia Internacional reportou casos de trabalhos forçados, de pessoas a viver em casas superlotadas e a trabalhar sem condições de segurança e no calor extremo. Há trabalhadores que não foram pagos e que tiveram de pagar um valor de recrutamento e que acabaram por se endividar.



© Jon Tyson on Unsplash

Na nossa equipa, acreditamos que o futebol e torneios como este, têm o potencial de canalizar a atenção para coisas positivas, mas também para coisas negativas. Este Campeonato Mundial tem sido muito importante para dar atenção à exploração que acontece no Qatar.

Nos últimos anos, houve alguns progressos, mas ainda não é suficiente. As autoridades qataris fizeram certas reformas, implementaram o ordenado mínimo e tentaram melhorar as condições de segurança. E há, também, as obrigações da FIFA que atribuiu este torneio ao Qatar e que deve garantir que todas estas reformas são implementadas. Deve assegurar que para além da construção dos seus estádios estão a ser cumpridas as normas em todas as suas operações e respeitados os direitos dos seus seguranças e do staff que estará nos hotéis e em todas as suas estruturas. Há muito trabalho para fazer para

© Ben Koorengevel on Unsplash

garantir que este campeonato pode ser celebrado, em vez de ser ensombrado pela exploração dos trabalhadores.

Que exemplos de boas práticas gostaria de nos deixar?

Há muitas maneiras de ser solidário. Uma das razões por que mais gosto de trabalhar na Amnistia Internacional é porque fazemos ações de solidariedade por pessoas em todo o mundo, assim como por pessoas no nosso próprio país. Podemos protestar em frente a uma embaixada, mostrar a nossa solidariedade e aparecer numa marcha pela causa de outra pessoa ou outra situação ou escrever ao nosso governo sobre uma situação noutro país.

Todas estas ações são importantes para aqueles que estão sob pressão. Para que saibam que alguém está a tomar conta deles. Os governos ficam a saber que o mundo está a vê-los e assim torna-se mais difícil instituir o abuso.

Que medidas solidárias gostaria que o seu governo tomasse em consideração?

Nós comprámos mais vacinas do que qualquer outro governo no mundo e precisamos urgentemente de começar a partilhá-las. Podíamos estar a dar uma contribuição positiva ao mundo em vez de estarmos a acumular vacinas. Também precisamos de parar de bloquear a transferência de tecnologia para permitir que outras empresas e pessoas possam produzir vacinas. Isto seria não só importante para o papel de Inglaterra no mundo, mas seria significativo para a sua própria população. Porque só estaremos seguros quando todos estivermos seguros.

Estamos a aproximar-nos das negociações das alterações climáticas que irão decorrer no final deste ano, em Inglaterra. Espero que o meu governo cumpra a sua retórica, que possamos ver ações claras que mostrem que a Grã-Bretanha consegue atingir o objetivo da neutralidade carbónica o mais rapidamente possível e que providencie assistência a outros países.

Que medidas solidarias gostaria que outros governos tomassem em consideração?

Penso que temos pela frente enormes desafios globais que todos os governos terão de enfrentar em conjunto. O mais iminente e urgente é ter o mundo vacinado. Mas o desafio maior e mais longo são as alterações climáticas. Precisamos de trabalhar juntos e de direcionar ações. É fundamental ajudar os países mais pobres a lidar e ultrapassar todos estes eventos climáticos com que iremos ser confrontados, como cheias, secas e outros eventos meteorológicos extremos que colocam em causa os nossos meios de subsistência.

© Christian Lue on Unsplash

©Photo by UN Photo/Mark Garten

À LUPA

"Porta dos Ventos" aberta mais um ano na Síria

Com dificuldades e argumentos políticos, o Conselho de Segurança da ONU acabou por aprovar a manutenção do corredor Bab al-Hawa. Manter aberta a única via para fazer chegar ajuda humanitária à Síria torna-se essencial num território assolado por crimes contra a Humanidade praticados pelas forças envolvidas no conflito.

A Síria vai continuar com uma passagem e um corredor de acesso humanitário, apesar das reticências levantadas pela Rússia e pela China nos últimos meses, que chegaram a ameaçar vetar a resolução do Conselho de Segurança. O documento foi assinado a 9 de julho deste ano e estabelece que a ligação, conhecida por Bab al-Hawa (Porta dos Ventos), entre a Síria e a Turquia, vai continuar ativa até 10 de janeiro de 2022, mas a sua prorrogação por mais seis meses fica dependente de um relatório pormenorizado do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as operações na fronteira e travessias.

A decisão de julho do Conselho de Segurança sucede à resolução inicial de 2014, onde o mesmo organismo se confessava chocado "com o nível inaceitável e crescente de violência e a morte de mais de 150 mil pessoas, incluindo bem mais de 10 mil crianças". Nessa altura, a ONU decidiu manter as rotas de Bab al-Salam, Bab al-Hawa, Al Yarubiyah e Al-Ramtha, para garantir a ajuda humanitária, incluindo material médico. O governo da Síria não deu consentimento, mas o então secretário-geral Ban Ki-moon incluiu no documento a referência ao facto da recusa síria constituir uma "violação do direito internacional humanitário".

CRIMES CONTRA A HUMANIDADE

Há sete anos, a resolução que estabelecia quatro rotas de auxílio, contabilizava 10 milhões de pessoas a necessitar de assistência e "contínuas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário pelas autoridades sírias e grupos armados", isto é, em ambos os lados do conflito. Ataques em áreas povoadas e o uso generalizado de tortura e maus-tratos, violência sexual e de género, graves violações e abusos cometidos contra crianças foram algumas das referências à guerra da Síria. Porém, ao longo dos anos os vários corredores humanitários foram sendo encerrados. Em 2020, o veto da China e da Rússia às resoluções do Conselho de Segurança que permitiam dois outros pontos de travessia, restringiram a assistência humanitária à rota Bab al-Hawa.

No documento assinado pelo Conselho de Segurança em julho passado, que mantém o único corredor humanitário, as preocupações são semelhantes às do início do conflito, mas incluem o alarme da propagação de extremismo e grupos extremistas que atacam civis "com base na sua etnia, religião ou crença religiosa". No texto salienta-se os ataques que provocaram numerosas vítimas e destruição, "bombardeamentos indiscriminados com morteiros, carros-bomba, ataques suicidas, bombas-barril, bem como tomada de reféns, sequestros e ataques contra infraestruturas civis". A COVID-19, a par das enormes debilidades dos serviços de saúde, foram razões suficientes para incluir na resolução a necessidade de envio urgente de pessoal humanitário e médico, além de equipamentos, alimentos e outros produtos.

Todavia, no entender da Amnistia Internacional, entidades oficiais como o Conselho de Segurança têm estado paralisados e normas humanitárias mais básicas têm vindo a ser politizadas. A Amnistia Internacional divulgou um relatório, em maio de 2020, onde se dá conta de crimes contra a Humanidade cometidos por parte das forças governamentais da Síria, da Rússia e da Hay'at Tahrir al-Sham, a maior coligação de grupos armados no noroeste do país.

CHOVEM ESTILHAÇOS DO CÉU

Entre dezenas de testemunhos, a Amnistia Internacional revela a experiência de um professor de uma escola na cidade de Idlib que, quando terminava as aulas a 25 de fevereiro de 2020, ordenou a evacuação devido a vários ataques na região. Enquanto o docente e os alunos fugiam, uma bomba de fragmentação explodiu perto deles. Conta que sentiu parte do pé destruído e uma "dor insuportável" e olhou para dois alunos que seguiam à sua frente: "Um morreu instantaneamente e o outro, milagrosamente, sobreviveu". O professor garantiu que conhecia muito bem o som das munições de fragmentação como se fosse "uma série de pequenas explosões e como do céu estivessem a chover estilhaços em vez de água". O relatório da Amnistia Internacional concluiu que este ataque foi executado por forças governamentais sírias e identificou as munições de fragmentação, proibidas pelo direito internacional, como sendo fabricadas na Rússia e disponibilizadas ao exército sírio. Estima-se que 95 escolas estiveram sujeitas a ofensivas dos militares do governo sírio e, entre abril de 2019 e maio de 2020, 53 unidades hospitalares foram atacadas.

Entre outras recomendações do relatório, a Amnistia Internacional apelava ao governo sírio para acabar com os ataques a hospitais, escolas e residências. Mas também para não usar armas proibidas e permitir e facilitar o acesso humanitário. Antes de publicar o relatório, a Amnistia Internacional pediu informações e enviou as conclusões às missões permanentes dos governos sírio e russo na ONU, assim como à organização Hay'at Tahrir al-Sham. Não obteve qualquer resposta.

BOAS NOTÍCIAS

Germain Rukuki já está reunido com a sua família

Germain Rukuki, um corajoso defensor de direitos humanos no Burundi, tinha sido condenado a 32 anos de prisão em 2018, pelo seu trabalho pacífico em direitos humanos. Mas a justiça prevaleceu. Em junho, a pena de prisão de Germain foi reduzida de 32 anos para apenas 1 ano e, em julho, foi confirmada a sua libertação. Para este resultado contribuíram as mais de 28 mil assinaturas que foram enviadas de Portugal no âmbito do projeto Maratona de Cartas 2020/21, e que foram entregues ao Embaixador do Burundi no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas na Suíça, com o apoio dos colegas da secção suíça da Amnistia Internacional. Em todo o mundo, foram mais de 430.000 assinaturas.

©DR

©DR

Nassima al-Sada finalmente em liberdade

Cerca de três anos depois de ter sido injustamente presa, a defensora de direitos humanos saudita, Nassima al-Sada, saiu em liberdade. Apesar da boa notícia, Nassima encontra-se em liberdade condicional e impedida de viajar para fora da Arábia Saudita durante cinco anos. Nassima al-Sada foi um dos casos que integrou o projeto Maratona de Cartas 2020/21 e de Portugal, foram recolhidas e enviadas mais de 400 mensagens de solidariedade, e enviadas às autoridades sauditas mais de 40 mil assinaturas em sua defesa. Em todo o mundo, somaram-se mais de 770 mil.

©Amnesty International

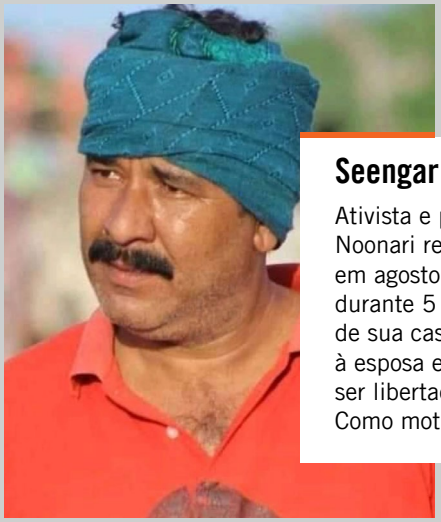
Vitalina Koval confiante que será feita justiça

Vitalina Koval, jovem defensora dos direitos LGBTI+, e um dos casos das Maratona de Cartas 2018/19, viu as suas esperanças serem renovadas quando, durante o mês de agosto, soube que a investigação ao ataque homofóbico que sofreu foi prolongada até 31 de janeiro de 2022. Além disso, espera-se também que o relatório de especialistas sobre o motivo discriminatório do ataque, e a sua possível qualificação como crime de ódio, esteja pronto em breve. Cerca de 400 mil pessoas em todo o mundo apelaram por justiça para Vitalina, sendo que quase 70 mil eram de Portugal.

Vanessa Rosales libertada

Vanessa Rosales, uma professora e defensora de direitos humanos na Venezuela, foi libertada em julho, após ter passado nove meses detida, seis dos quais em prisão domiciliária. Foi perseguida e criminalizada pelo trabalho pacífico na área da educação e da defesa de direitos sexuais e reprodutivos no seu país, tendo sido acusada de defender o aborto, de promover teorias da conspiração e associação criminosa. Durante a audiência preliminar, o tribunal rejeitou as acusações e encerrou o caso contra Vanessa. Um resultado celebrado uma semana depois de ativistas da Amnistia Internacional se terem juntado em sua defesa e exigido a sua libertação.

©THE SINDHI NARRATIVE



Seengar Noonari regressou a casa

Ativista e político no Paquistão, Seengar Noonari regressou para junto da sua família em agosto, após ter estado desaparecido durante 5 semanas. Seengar foi raptado de sua casa durante a noite, em frente à esposa e filhos, e acabou depois por ser libertado sem quaisquer acusações. Como motivo para o rapto suspeita-se que tenha sido o seu trabalho de mobilização da sua comunidade contra a apropriação ilegal de terras por uma entidade privada. A família agradece todo o trabalho de pressão internacional e solidariedade, que consideraram como fundamental para o regresso de Seengar a casa.

©Alli Jarrar/Amnesty International

Administração Biden avança com a primeira libertação de Guantánamo

A primeira libertação de Guantánamo da administração Biden aconteceu durante o mês de julho. Abdul Latif Nasser, 56 anos, esteve detido durante quase duas décadas (desde 2002), sem qualquer acusação, e com ordem de libertação já desde 2016. Neste momento, já se encontra no seu país de origem, Marrocos, junto da família.

Dezanove anos depois das primeiras detenções, a prisão militar na Baía de Guantánamo continua a ser um símbolo de profundas violações de direitos humanos e 39 pessoas permanecem aí detidas, a maioria sem qualquer tipo de acusação. Chegou o momento de ser encerrada.

©Tai's Captures on Unsplash

GPS

Amnistia Internacional apela a que mais vacinas sejam disponibilizadas para a África Austral

A situação pandémica nos países do Sul de África está descontrolada. Desde o início de março de 2020, só nesta porção do continente Africano, já morreram cerca de 70.000 pessoas devido à COVID-19, e estima-se que os números não têm tendência para abrandar. A terceira vaga da pandemia fez-se sentir, à semelhança dos outros países, mas sem vacinas que abranjam toda a população, será difícil fazer face ao número de mortos que se tem verificado.

O apelo da Amnistia Internacional é claro. As empresas farmacêuticas devem retirar as proteções à propriedade intelectual das vacinas contra a COVID-19, que neste momento não permitem que haja uma maior produção e distribuição deste medicamento, bem como o acesso à tecnologia indispensável para este efeito. Este é um passo essencial para que um maior número de pessoas a nível mundial possa ter acesso à vacinação, com especial enfoque na África Austral. Sobre esta temática, está a decorrer um petição online que pede que as farmacêuticas "cumpram as suas obrigações ao nível dos direitos humanos, para que todas as pessoas possam ter uma oportunidade real e justa no acesso à vacina contra a COVID-19".

Para além disto, a Amnistia Internacional, em conjunto com 27 outras organizações não-governamentais, apela a vários governos, líderes e empresas para que "intensifiquem os seus esforços" e disponibilizem meios, no sentido de vacinar rapidamente o maior número de pessoas possível. Quanto aos países do G20 pede que suspendam o pagamento da dívida destes países africanos até pelo menos até ao final de 2022, e que "considerem a sua reestruturação e cancelamento quando necessário".

© Mélissa Jeanty on Unsplash

Apela ainda ao G20 e G7 "para que os direitos de propriedade intelectual não prevaleçam sobre o direito à saúde em todos os países".

Segundo Agnès Callamard, Secretária-geral da Amnistia Internacional, "várias zonas do mundo têm pouco ou nenhum acesso a vacinas e, por essa razão, uma pessoa continua a morrer da COVID-19 a cada 11 segundos – a maioria em países com rendimentos mais baixos. A igualdade no acesso às vacinas não deve basear-se no local onde se vive, é um direito humano básico''.

No entanto, na África austral, a dificuldade no acesso aos direitos de propriedade, a elevada procura pela vacina por países mais ricos e uma oferta muito baixa, torna o acesso à vacinação um processo muito complicado.

De acordo com um relatório feito pela investigação da Amnistia Internacional, "o Sul de África tem sido uma das regiões mais afetadas por esta pandemia da COVID-19." Em fevereiro de 2021, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral tinha já reportado que mais de metade das novas infeções em África tinham ocorrido no Sul do continente. Para além disto, "a pandemia teve um impacto social e económico devastador na região. As projeções médias da dívida pública apontam para um aumento de 58,4% em relação ao PIB em 2019, para 66,9% em 2020, devido à COVID-19."

A Amnistia Internacional reportou também um aumento no número de casos de violações de Direitos Humanos durante o período pandémico, devido às medidas tomadas pelos países para impedir a disseminação do vírus. Estas estão sobretudo relacionadas com falta de proteção social, levando muitos a uma situação de pobreza maior do que na que já se encontravam, insegurança alimentar, violações do direito ao asilo, violência de género, e também com a falha no garante de educação para milhões de crianças. Muitos países do Sul de África tinham emergido recentemente de uma enorme crise alimentar, e também os efeitos do furacão Idai se fizeram sentir, pelo que a pandemia foi mais uma situação que veio agravar as condições de vida destas populações, já bastantes fustigadas.

A terceira vaga desta pandemia, mais mortífera que as duas anteriores, assistiu a um aumento de cerca de 30% no número de infetados por todo o continente Africano, sendo que as mortes aumentaram em 15%. A Zâmbia e a Namíbia relatam o número mais elevado nível de novos infetados até à data, 2.596, reportando diariamente cerca de 1.312 novos casos. Em ambos os países o número de mortos continua a aumentar. Também isto se replica na África do Sul, com cerca de 12.393 novas infeções diárias, sendo que estas representam apenas 65% do pico expectável, e os números crescem diariamente. A lentidão no processo de vacinação e as baixas taxas de pessoas vacinadas em toda a África Austral têm, no entanto, agravado este cenário. Com exceção das Maurícias e Seychelles, os países desta região não conseguiram vacinar com uma dose nem 10% da sua população. A este ritmo, seriam necessários mais cerca de 185 dias para que a Namíbia consiga administrar a segunda dose a 10% da população, ou cerca de 5 anos para que a população do país consiga atingir a imunidade. Já no caso da Zâmbia, seriam necessários 39.256 dias (ou 107 anos) para administrar as doses suficientes para inocular 10% dos seus habitantes, e 1.075 anos para que se consiga o mesmo efeito em toda a população.

Assine a petição em:
www.amnistia.pt/acesso-vacinacao

Gostávamos de começar este segmento de notícias com novidades boas. A realidade é que o nosso trabalho e o mundo raramente nos permitem tal feito. O colapso do governo afegão, e consequente tomada de posse dos talibãs em meados de agosto (re) criou uma situação dramática para os direitos humanos naquela zona do globo. Estamos atentos ao que se passa naquele território, mas também à comunidade internacional e à sua (in) ação com vista a proteger os direitos fundamentais da população afegã.

Neste momento é prioridade garantir o acolhimento da população civil afegã e apoiar os países vizinhos para que consigam garantir esse apoio.

Situações como esta (re)lembram-nos de como o trabalho que a Amnistia Internacional faz é importante e n unca para.

©Tim Marshall on Unsplash

É com esta consciência que trabalhamos nos projetos do futuro.

Durante o mês de julho e agosto, participamos nas reuniões de preparação para a Assembleia Global (Global Assembly), que teve o seu ponto alto nos dias 11 e 12 de setembro, ainda em formato *online*. Nestas reuniões de preparação discutimos, em conjunto com as outras secções nacionais do movimento internacional quais os próximos passos para o futuro. Esta *Global Assembly* tem a importante tarefa de aprovar o próximo Plano Estratégico Global que determinará as prioridades e as temáticas que iremos trabalhar até 2030.

É neste Plano Estratégico Global que vamos enquadrar o Plano Estratégico da nossa secção e o Plano Operacional para o próximo ano - ambos serão discutidos e propostos para aprovação dos membros, no próximo Conselho Geral e na próxima Assembleia Geral no último trimestre de 2021, respetivamente.

Este Plano Estratégico é essencial para delinearmos os próximos passos para a nossa secção. O nosso crescimento, com o contributo de cada um dos nossos membros e através dos esforços da nossa equipa executiva, tem sido exemplar. Estamos a conseguir movimentar cada vez mais pessoas que querem contribuir para esta causa e a trazer cada vez mais os direitos humanos para a discussão na sociedade civil.

Por compreendermos que são os nossos membros, os nossos ativistas, as nossas estruturas e apoiantes que nos ajudam neste progresso, lançamos uma consulta para auscultarmos quais deverão ser as nossas prioridades para os próximos oito anos.

Durante o mês de setembro, a atividade da nossa Direção passou também pela participação, novamente, no júri do festival de cinema IndieLisboa onde é atribuído o prémio Amnistia Internacional. O júri este ano era composto pelo jornalista Pedro Coelho, pelo ator Romeu Costa e por Sandra Dias Pereira, secretária da Direção da Amnistia Internacional. O júri elege, todos os anos, de entre os vários nomeados, o filme ou curta-metragem que melhor contribuem para alargar a compreensão do espetador sobre as várias dimensões da dignidade humana.

Preocupa-nos a liberdade de expressão e o espaço cívico, a igualdade e não discriminação na construção de uma sociedade (cada vez) mais inclusiva, a justiça climática; mas é cada vez mais claro que precisamos de estar preparados/as para agir em situações de urgência e de crise. Precisamos de estar presentes quando os direitos humanos estão em risco e levar as nossas vozes cada vez mais alto. Obrigada por acompanhar o nosso trabalho, que é o trabalho de todos e todas nós.

MARATONA DE CARTAS

AMNISTIA INTERNACIONAL

A VOSSA ASSINATURA PODE SALVAR VIDAS

ASSINEM EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS EM:

WWW.AMNISTIA.PT/MARATONA

©Amnesty International

URGENTE!

CRISE NO AFEGANISTÃO

O INVERNO ESTÁ A CHEGAR E A SITUAÇÃO NO PAÍS PODE FICAR AINDA MAIS DRAMÁTICA.

Estamos a acompanhar a situação e a conseguir tirar do país defensores de direitos humanos que corriam risco de vida. Estamos ainda a documentar as atrocidades que estão a acontecer agora, cada vez mais longe dos olhares do mundo.

AGORA É URGENTE FAZERMOS MAIS POR ESTAS PESSOAS!

NAS PRÓXIMAS SEMANAS, TEMOS DE….

- Acompanhar os refugiados que estão a chegar a Portugal e a outros países.
- Exigir que os deslocados internos tenham acesso a bens essenciais.
- Continuar a ajudar ativistas, em risco de vida, a saírem do país.
- Investigar o que se passa no terreno e revelar ao mundo, para que se ponha fim à violência, à discriminação e à fome.

NÃO PODEMOS ABANDONAR ESTAS PESSOAS E PARA ISSO PRECISAMOS DE SI.

AJUDE COM O SEU DONATIVO

Pode fazer um donativo em seu nome ou em nome de alguém inspirador. Doe e ofereça o postal que encontra no centro desta revista.

Entidade: **21721**

Referência multibanco: **066 000 004**

Montante: **O que puder**

IBAN: **PT50 0036 0103 9910 0000 9858 8**

(Se fizer o seu donativo por referência multibanco, envie-nos por favor um e-mail com o assunto: DOEI – CRISE NO AFEGANISTÃO. Temos para si um agradecimento especial.)

OBRIGADO